



Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

RELATÓRIO

Encontro de atores da cadeia do Extrativismo Vegetal da Serra do Espinhaço

Diamantina – MG

2009

ÍNDICE

RESUMO DO EVENTO.....	01
CONCEPÇÃO DO EVENTO.....	02
PERFIL DOS PARTICIPANTES.....	04
MOMENTO 1: CENÁRIO DO EXTRATIVISMO NA REGIÃO	
Maria Neudes Sousa de Oliveira – Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM	08
MOMENTO 2: ASPECTOS LEGAIS, POLÍTICOS E SOCIAIS DO EXTRATIVISMO VEGETAL	
Luiz Carlos Cardoso Valle - Diretor de Desenvolvimento e Conservação Florestal – Instituto Estadual de Florestas – IEF.....	21
José Geraldo de Araújo – Representante da Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais – ICMBio.....	25
Ana Flávia Moreira Santos - Antropóloga perita do Ministério Público Federal - MPF	29
Plenária.....	32
MOMENTO 3: SUSTENTABILIDADE DO EXTRATIVISMO VEGETAL: ASPECTOS TÉCNICOS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS	
Cassiana Solange Moreira - Educadora ambiental do Parque Estadual do Jalapão – TO.....	36
Maria de Lourdes – Membro do Conselho diretor do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas -CAA/NM - e Agricultora do município de Porteirinha - MG	39
Plenária.....	40
MOMENTO 4: PRODUÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE GRUPO.....	42

RESUMO

O **Encontro de atores da cadeia do Extrativismo Vegetal da Serra do Espinhaço**, realizado no dia 23 de setembro de 2009, em Diamantina, MG, teve como principais objetivos:

- Dar visibilidade à importância econômica, social, cultural e ambiental do extrativismo vegetal das "Plantas ou Flores secas" na Serra do Espinhaço/Alto Jequitinhonha;
- Explicitar os conflitos que estão ocorrendo com as populações/comunidades que estão envolvidas com a atividade;
- Possibilitar um momento de levantamento e encaminhamentos de propostas que busquem soluções para as questões abordadas.

Contou com a participação dos atores da cadeia extrativista das "Flores Secas", que se constitui de coletores, artesãos, atacadistas locais, atacadistas regionais, processadores, comerciantes e atacadistas exportadores, de 37 comunidades extrativistas e também de representantes de 44 instituições, entre elas ONG's, Universidades, sociedade civil organizada e poder público.

Verificou-se que o cenário do extrativismo na região vive um momento de conflito, caracterizado, principalmente, pela **redução ou eliminação dos territórios de coleta**, devido 1) à criação de Unidades de Conservação na região, a maioria de proteção integral; 2) o estabelecimento de grandes empresas e à aquisição de grandes áreas por grandes proprietários para a instalação de pastagens e outras monoculturas, principalmente o eucalipto; **ações fiscalizadoras com abuso de poder; e sobreposição entre os territórios de populações tradicionais e as áreas de Unidades de Conservação.**

Entre os **problemas** enfrentados na cadeia foram citados: despreparo dos técnicos dos órgãos ambientais para lidar com as comunidades; indefinição da regulamentação/legalização/normatização da atividade; falta de interação entre o conhecimento científico e o tradicional nas tentativas de elaboração de normativas; morosidade no processo de elaboração de normativas; falta de organização das comunidades; ausência de alternativas efetivas e compatíveis com os modos de vida de comunidades tradicionalmente extrativistas; clandestinidade da atividade e descompromisso de coletores devido à falta de normatização; desconhecimento sobre as espécies para a elaboração de planos de manejo; comercialização das sempre vivas restrita ao mercado interno.

Entre as **soluções** sugeridas foram citadas: discutir a recategorização e redimensionamento de unidades de conservação de proteção integral na região; promoção de maior interação entre órgãos ambientais e comunidades; substituição de ações proibitivas por ações educativas (educação ambiental); representação de atores da cadeia na elaboração de normativas; publicação de normativas, mesmo que provisórias, elaboradas com os conhecimentos científicos existentes somados aos conhecimentos tradicionais; incentivo ao associativismo/cooperativismo; validação, efetiva, dos direitos das populações tradicionais.

CONCEPÇÃO DO EVENTO

A promoção do sustento de populações humanas por meio da exploração extrativa de produtos florestais não madeireiros como alternativa para o desflorestamento e conversão para uso agrícola ou pastoril, ganhou ampla aceitação como paradigma para a conservação (Nepstad e Schwartzman, 1992)¹. Esta abordagem fundamenta-se na noção de que a melhor forma de assegurar a conservação da biodiversidade é torná-la economicamente relevante para as comunidades locais. As comunidades extrativistas tenderão a adotar um manejo sustentável caso obtenham benefícios econômicos diretos da exploração de seus produtos.

O extrativismo vegetal das chamadas "Plantas secas" ou "Flores secas" na Serra do Espinhaço/Alto Jequitinhonha (bem representadas pelas flores sempre-vivas) revela-se de extrema importância econômica, social e cultural para as populações tradicionais que habitam essa região desde os primórdios de sua ocupação.

Atualmente, essa atividade está inserida num contexto de intensos conflitos, caracterizados, principalmente, pela redução nos territórios de coleta (em muitos casos, a total eliminação desses), por dois motivos principais: o primeiro, refere-se à criação, na região, de Unidades de Conservação, em muitos casos, em áreas que sobrepõem os territórios de Comunidades Tradicionais, especialmente as Unidades de Proteção Integral; o segundo, refere-se à crescente apropriação/expropriação de grandes extensões de terras por proprietários particulares e/ou empresas para a instalação de grandes empreendimentos agropecuários (plantações de eucaliptos, instalação de pastagens e outras monoculturas), cuja crescente expansão é perceptível.

No último caso, observa-se um paradoxo: se por um lado, consegue-se licença dos órgãos competentes para o desmatamento de grandes áreas para a implantação dos monocultivos (o que favorece, no geral, pessoas externas às comunidades locais), por outro lado, não se permite a coleta de espécies (geralmente parte dessas) pela população tradicional/local que pratica a atividade extrativa há décadas. Observa-se, portanto, uma desproporcionalidade de direitos entre os interesses de extrativistas e aqueles relacionados ao estabelecimento e/ou expansão dos grandes empreendimentos, configurando um campo de lutas em que diferentes posições sustentam forças desiguais.

Dos contatos com as populações das comunidades extrativistas, constatou-se que os processos de criação de unidades de conservação na região foram feitos sem diálogo com as populações locais e que a legislação ambiental é, muitas vezes, aplicada de forma arbitrária, autoritária e com abuso de poder. Esses fatos têm acarretado na instalação de situações de conflito. As pessoas que sempre fizeram coleta de produtos vegetais, para sua reprodução social e manutenção de suas práticas culturais, tornaram-se, repentinamente e sem compreender o porquê, clandestinas e/ou criminosas. Percebeu-se, também, em falas de pessoas dessas comunidades, que todos os fóruns de discussão dos quais haviam participado não permitiram manifestações amplas e representativas acerca da situação em que estavam vivendo.

Na prática, o que se observa, de fato, é uma total alteração nos modos de vida de coletores de inúmeras comunidades extrativistas da região sem que tenham lhes apresentado alternativas efetivas de sobrevivência, mesmo (no caso de áreas de ocorrência de unidades de conservação) sem que tenha havido a indenização de proprietários de áreas atualmente ocupadas por unidades de conservação.

¹ Nepstad, D.C.; Schwartzman, S. 1992. *Non-Timber Product Extraction from Tropical Forest: Evaluation of a Conservation and Development Strategy*. New York Botanical Garden, Bronx, NY.

Essa situação está levando as populações tradicionais a migrarem de suas comunidades para o meio urbano em busca de outras formas de vida que garantam a sua sobrevivência. No contexto da sociedade urbana moderna essas “outras” formas de vida podem levar essas pessoas à miséria e até mesmo à criminalidade.

Em face a esse contexto, e considerando que a Universidade pode (e deve) exercer um papel de mediadora do diálogo entre os vários setores envolvidos com a cadeia do extrativismo vegetal na região (poder público, órgãos legisladores e fiscalizadores, organizações da sociedade civil, comerciantes, atacadistas e extrativistas), propôs-se a realização do presente evento, tendo como **objetivos principais**:

- Dar visibilidade à importância econômica, social, cultural e ambiental do extrativismo vegetal na Serra do Espinhaço/Alto Jequitinhonha;
- Explicitar os conflitos que estão ocorrendo com as populações tradicionais que estão envolvidas com essa atividade;
- Possibilitar um momento de encaminhamentos de propostas que busquem soluções para as questões levantadas.

“É importante perceber que se encararmos que os interesses entre comunidades e órgãos ambientais são contrários por princípio, perde-se na preservação do meio ambiente”. (Ana Flávia Moreira Santos – antropóloga do Ministério Público Federal)

PERFIL DOS PARTICIPANTES

Além dos atores da cadeia extrativista das “Plantas ou Flores Secas”, que se constitui de coletores, artesãos, atacadistas locais, atacadistas regionais, processadores, comerciantes e atacadistas exportadores, de 37 comunidades extrativistas listadas na Tabela 1, também participaram do evento representantes de 43 instituições, entre elas ONG’s, Universidades, sociedade civil organizada e poder público, constantes na Tabela 2.

Fizeram parte da mesa de abertura:

- Geraldo da Silva Macedo (Pe. Gê) - Prefeito de Diamantina;
- Marcílio A. Fonseca de Almeida - Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Diamantina;
- Claudenir Fávero - Pró-reitor de Extensão e Cultura da UFVJM;
- Ricardo Ribeiro - Coordenador da Comissão de Extensão da PUC Minas;
- Júnia Maria da Silva – Técnica em Bem Estar Social da Emater/MG - Escritório de Diamantina;
- Cícero Teixeira Silva – Vereador de Diamantina.

Tabela 1. Comunidades extrativistas participantes do Encontro de atores da cadeia do Extrativismo Vegetal da Serra do Espinhaço. Diamantina, MG, 2009.

	Comunidade	Município
1.	Macacos	Diamantina
2.	Batatal	Diamantina
3.	Galheiros	Diamantina
4.	Maria Nunes	Diamantina
5.	Inhaí	Diamantina
6.	Vargem do Inhaí	Diamantina
7.	São João da Chapada	Diamantina
8.	Quartel de Indaiá	Diamantina
9.	Braúnas	Diamantina
10.	Mendanha	Diamantina
11.	Conselheiro Mata	Diamantina
12.	Minas Novas	Minas Novas
13.	Bocaiúva	Bocaiúva
14.	Campos São Domingos	Buenópolis
15.	Curimataí	Buenópolis
16.	Serro	Serro
17.	Mateiros	Tocantins
18.	Presidente Kubitschek	Presidente Kubitschek
19.	Raiz	Presidente Kubitschek
20.	Capivari	Serro
21.	Itamarandiba	Itamarandiba
22.	Francisco Dumont	Francisco Dumont
23.	Gouveia	Gouveia
24.	Vila Alexandre Mascaranhas	Gouveia
25.	Presidente Juscelino	Presidente Juscelino
26.	Datas	Datas
27.	Felício dos Santos	Felício dos Santos
28.	Rodeador	Monjolos
29.	Porteirinha	Porteirinha
30.	Santa Joana	Itamarandiba
31.	Belo Horizonte	Belo Horizonte
32.	Joaquim Felício	Joaquim Felício
33.	Santa Rita	Buenópolis
34.	Jequitaiá	Lassance
35.	Montes Claros	Montes Claros
36.	Campos São Domingos	Buenópolis
37.	Monjolos	Monjolos

Tabela 2. Instituições representadas no Encontro de atores da cadeia do Extrativismo Vegetal da Serra do Espinhaço. Diamantina, MG, 2009.

1.	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
2.	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
3.	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas
4.	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA/NM
5.	Prefeitura Municipal de Diamantina
6.	Prefeitura Municipal de Mendanha
7.	Câmara Municipal de Diamantina
8.	Instituto do Desenvolvimento do Norte e Noroeste de Minas Gerais – IDENE
9.	Instituto Estadual de Floresta – IEF
10.	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
11.	Instituto Biotrópicos de Pesquisa em Vida Silvestre -Biotrópicos
12.	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
13.	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG
14.	Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins
15.	Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha - Campo Vale
16.	Rede Cerrado
17.	Sebrae
18.	Associação Pró-Fundação Universitária do Vale do - Funivale
19.	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS
20.	Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha – Fevale
21.	Universidade do Oeste do Paraná – Unopar
22.	Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda
23.	Faculdade de Ciências Jurídicas – FCJ
24.	Flores Decorativas (Exportadora de flores secas)
25.	Só Flores Comercial (Exportadora de flores secas)
26.	Nelcicom.flores Ltda (Comércio, no atacado, de Flores secas)
27.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Diamantina – Sectur
28.	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Diamantina
29.	Secretaria Regional de Saúde de Diamantina
30.	Associação dos Artesãos de Sempre vivas de Galheiros – AASV
31.	Associação dos Artesãos de Felício dos Santos
32.	Associação Arte e Flores de Macacos
33.	Associação dos Coletores, Artesãos e Produtores de Artigos Caseiros de Monjolos
34.	Associação Comunitária de Raiz - ASCOR
35.	Associação de Braúna
36.	Associação Francisco Dumont
37.	Associação Melhoramento de Capivari
38.	Associação de Itamarandiba
39.	Associação dos Moradores de Batatal
40.	Grupo Aranã de Agroecologia
41.	Grupo Retalhos de Fulo
42.	Associação de Moradores e Amigos de Mendanha - AMA-ME
43.	Grupos de Teatro Arco-Íris de Inhaí

MOMENTO 1: CENÁRIO DO EXTRATIVISMO NA REGIÃO

Obs: Frases em *itálico* são transcrições de falas.

Prelecionista: Maria Neudes Sousa de Oliveira

Instituição: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

A prelecionista iniciou ressaltando a importância da participação, principalmente dos extrativistas, mas também de todos os presentes, e suas instituições representadas, uma vez que se tratava do primeiro evento daquela natureza, realizado com o objetivo de descrever/retratar o cenário da cadeia do extrativismo vegetal (restrito ao extrativismo das Flores secas), até então tratado com invisibilidade. Agradeceu a participação dos prelecionistas, e fez uma abordagem resumida e contextualizada dos objetivos do evento, partindo do pressuposto de que muitos dos participantes eram pessoas que desconheciam a cadeia extrativa das "Flores secas", para que as abordagens e debates que se seguiriam fossem facilitados. Durante a sua participação tratou de assuntos relativos à abrangência dos territórios de coleta, diversidade de espécies coletadas, mercado das flores secas, manejo e cultivo de algumas espécies de sempre-vivas e conflitos no contexto da legislação vigente, descritos, resumidamente a seguir.

INTRODUÇÃO

Em alguns municípios do Vale do Jequitinhonha e regiões circunvizinhas, a exploração extrativa de plantas ornamentais nativas constitui-se em importante atividade econômica para famílias de muitas comunidades rurais e de áreas periurbanas. Em Diamantina e municípios da região, ao nível de coletores e atacadistas, muitos produtos florestais não madeireiros, representados por partes secas de plantas de várias espécies, e explorados extrativamente, recebem genericamente a denominação de "Flores secas" ou "Plantas secas", a cujo grupo pertencem as sempre-vivas.

De forma mais generalizada, sob a denominação de "Sempre vivas" enquadram-se espécies de monocotiledôneas, principalmente das famílias Eriocaulaceae, Xyridaceae, Cyperaceae e Rapataceae, no geral de porte herbáceo a herbáceo-arbustivo. Muitas vezes o termo sempre-vivas é utilizado referindo-se somente às espécies cuja inflorescência assemelha-se, quanto à morfologia, a uma margaridinha. Todas as margaridinhas pertencem à família Eriocaulaceae, gênero *Syngonanthus*, e em muitas localidades recebem a denominação genérica de campinas. Quando o termo é utilizado no singular, "*a sempre-viva*", normalmente refere-se especialmente à espécie *Syngonanthus elegans*, a sempre-viva pé-de-ouro, a mais popular.

As demais espécies da família Eriocaulaceae (aquelas cujas inflorescências não se assemelham a margaridinhas, inclusive muitas do gênero *Syngonanthus*), e as espécies das demais famílias (Xyridaceae, Cyperaceae e Rapataceae) são sempre-vivas categorizadas, pelos coletores, no grupo dos "botões". Portanto, ora o termo sempre-vivas é empregado referindo-se exclusivamente às margaridinhas, ora, referindo-se ao grupo como um todo (espécies das quatro famílias), ou seja, margaridinhas e botões.

As demais espécies (excluindo as sempre-vivas) comercializadas como “Flores secas” ou “Plantas secas” incluem aquelas cuja parte comercializada são as folhas, folhagens (quando a parte comercializada é o ramo), flores (que não as sempre-vivas), frutos, sementes, capins (nesse caso a parte comercializada pode ser a inflorescência ou a planta inteira), musgos, cipós, capas (bainha de folhas de palmeiras), caules, cachos e/ou seus engaços, etc, e podem ser de porte herbáceo, arbustivo e arbóreo. No âmbito das empresas de atacadistas, essas partes de plantas são categorizadas como flores, folhas, folhagens, frutos, musgos e itens grandes. Nesses últimos estão incluídos os bambus, os cachos e/ou seus engaços, as capas, os cipós e as folhas e folhagens de maior comprimento, etc, geralmente comercializados por unidade (normalmente em conjuntos de 1000 unidades - o “milheiro”). No grupo dos musgos estão incluídos também os líquens. No grupo dos frutos estão incluídas as espécies das quais são coletados apenas os frutos e espécies das quais são coletadas as sementes. Em algumas espécies de frutos, a parte comercializada é o fruto aberto (coletado após a deiscência) e em outras, o fruto contendo a semente. Os musgos, frutos, sementes, folhas e algumas folhagens são comercializados por quilo.

Para muitas comunidades, a coleta, não somente das sempre-vivas como das demais partes secas de plantas (“Plantas secas” em geral) constitui a principal fonte de renda e, em alguns casos, a única. A cidade de Diamantina é considerada o maior pólo de extração e comercialização de sempre-vivas no país, sendo o maior centro de diversidade de espécies do Brasil. A cidade é também um grande pólo de extração, distribuição e comercialização de “Plantas secas” em geral.



Figura 1. Encontro de atores da cadeia do Extrativismo Vegetal da Serra do Espinhaço, realizado em Diamantina, MG, em 23 de setembro de 2009.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E DIVERSIDADE

Na região cujo fluxo de coleta converge para a cidade de Diamantina, MG, foram mapeados 58 municípios em que ocorre a coleta extrativa das chamadas “Flores secas” ou “Plantas secas” (Figura 2). A coleta das flores sempre-vivas ocorre em aproximadamente 30 desses municípios. Já foram catalogadas pelo menos 240 espécies exploradas nessa cadeia (incluindo sempre-vivas e outras espécies). No entanto, como um montante representativo da atividade extrativista ocorre informalmente e o cenário atual favorece a coleta clandestina, é de se supor que o número de espécies utilizadas para esse fim seja muito maior.

Ressalta-se que o número de itens comercializados é muito maior que o número de espécies catalogadas, uma vez que cada item constitui o nome popular da parte da planta que é comercializada. Dessa forma, de uma mesma espécie, pode-se obter mais de um item. É o caso, por exemplo, da planta do buriti (*Maurítia flexuosa*), da qual se obtém os seguintes itens, obtidos da lista de itens comercializados por um atacadista de Belo Horizonte: folha leque, cortina, fruto de buriti, galho de buriti, tronco de buriti.

O número de espécies coletadas varia grandemente entre os municípios; enquanto em municípios como Diamantina, Datas, Gouveia e Buenópolis se extraem um grande número de espécies, em municípios como Nova Lima, extraem-se musgos e avenca. Algumas espécies são coletadas com exclusividade em alguns municípios; em alguns casos, por serem endêmicas, em outros, pela tradição na coleta e disponibilidade de atacadistas que comprem o referido item; em Diamantina e entorno, por exemplo, tradicionalmente coleta-se a maioria das espécies de sempre-vivas e botões; na região de Presidente Juscelino é caracterizada pela coleta de muitas espécies de folhas; na região de Lassance, Jequitai e Vázea da Palma coletam-se muitas capas e cipós, etc. Há também o caso de espécies que são coletadas ocasionalmente, em função de uma demanda específica de mercado, e em épocas também específicas.

Sobre os conflitos associados aos territórios de coleta, foram mencionadas as Unidades de Conservação (UC's) existentes na região de abrangência da coleta, algumas das quais são/eram territórios de coleta, destacando algumas de proteção integral: Parque Nacional das Sempre vivas, os Parques Estaduais do Itambé, do Rio Preto, Biribiri, Serra Negra, Serra do Cabral, Serra do Cipó e Serra do Intendente (Figura 2), e suas datas de criação. Foi chamada a atenção para o Parque Nacional das Sempre vivas, considerado o mais conflituoso da região, face à forma como foi concebido e por representar um vasto território de coleta de sempre-vivas, por parte não somente de moradores do parque, como de famílias de comunidades do seu entorno, e o parque Estadual da Serra do Cabral, ambos criados após SNUC (2002 e 2005, respectivamente). O SNUC determina que para se criar uma Unidade de Conservação de qualquer categoria (de proteção integral ou de uso sustentável), é necessária consulta pública. Muitas UC's da região não passaram por esse processo, fato esse que gera descontentamento nas comunidades de entorno dessas unidades e representa o principal motivador de conflitos.

Foi mencionada a grande concentração das UC's de proteção integral, formando um mosaico de Unidades de Conservação² (Figura 3). O mosaico Alto Jequitinhonha e Serra do Cabral encontra-se em fase de criação.

² Em 2007, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Instituto Biotrópicos de Pesquisa em Vida Silvestre apresentaram a idéia de conectar áreas de conservação através de corredores ecológicos, isto é, criar um mosaico. Para o Instituto Biotrópicos, o conjunto de UC's presentes ao longo da cadeia do Espinhaço é insuficiente para garantir a preservação de sua riqueza (Fonte: Manuelzão, n. 48. Outubro de 2008).

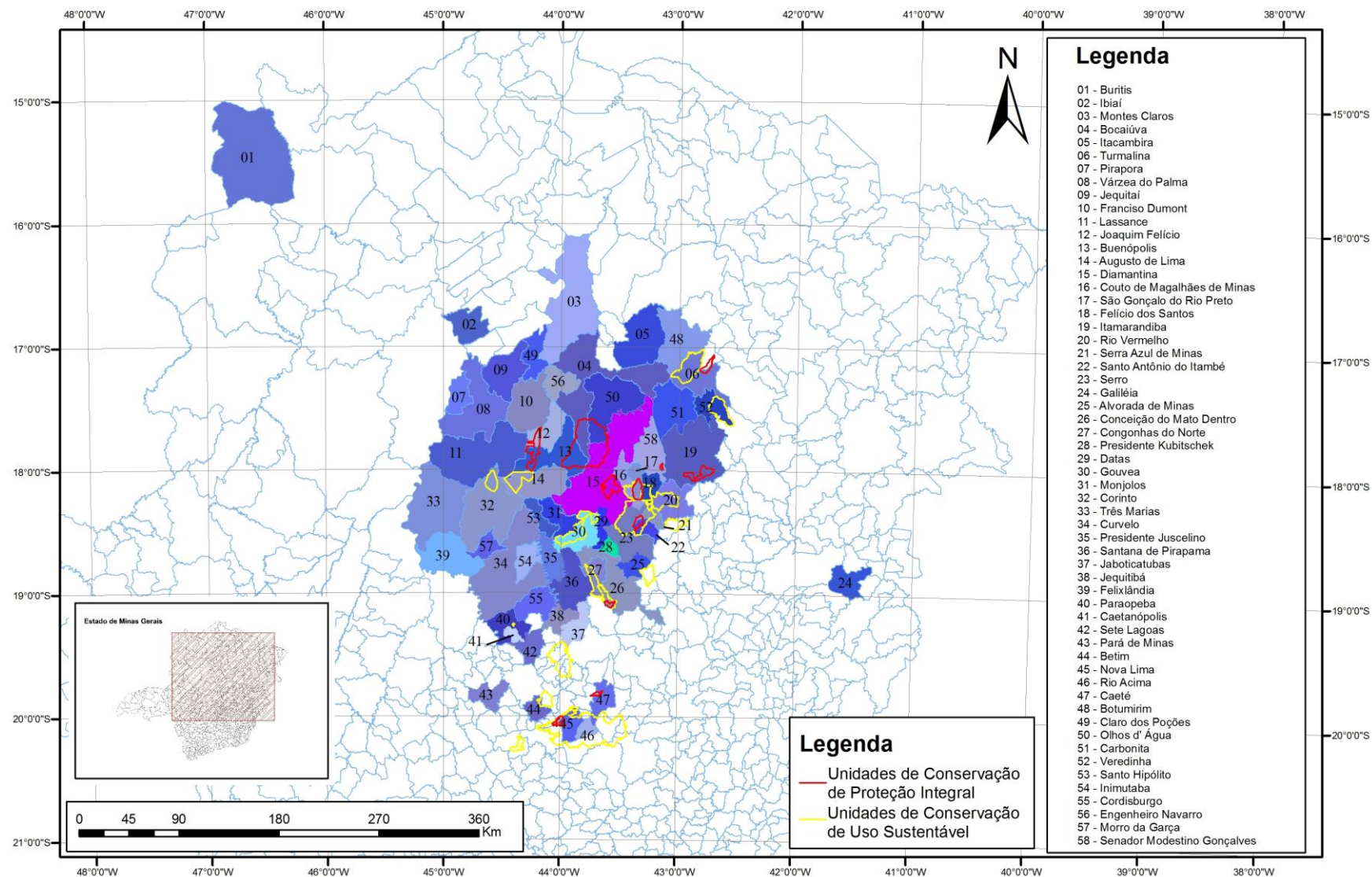


Figura 2. Municípios mineiros onde ocorre a coleta extrativa de "Plantas ou Flores secas" e Unidades de Conservação (UC's) existentes na região de abrangência do extrativismo. Perímetros em vermelho – UC's de proteção integral. Em amarelo – UC's de uso sustentável.

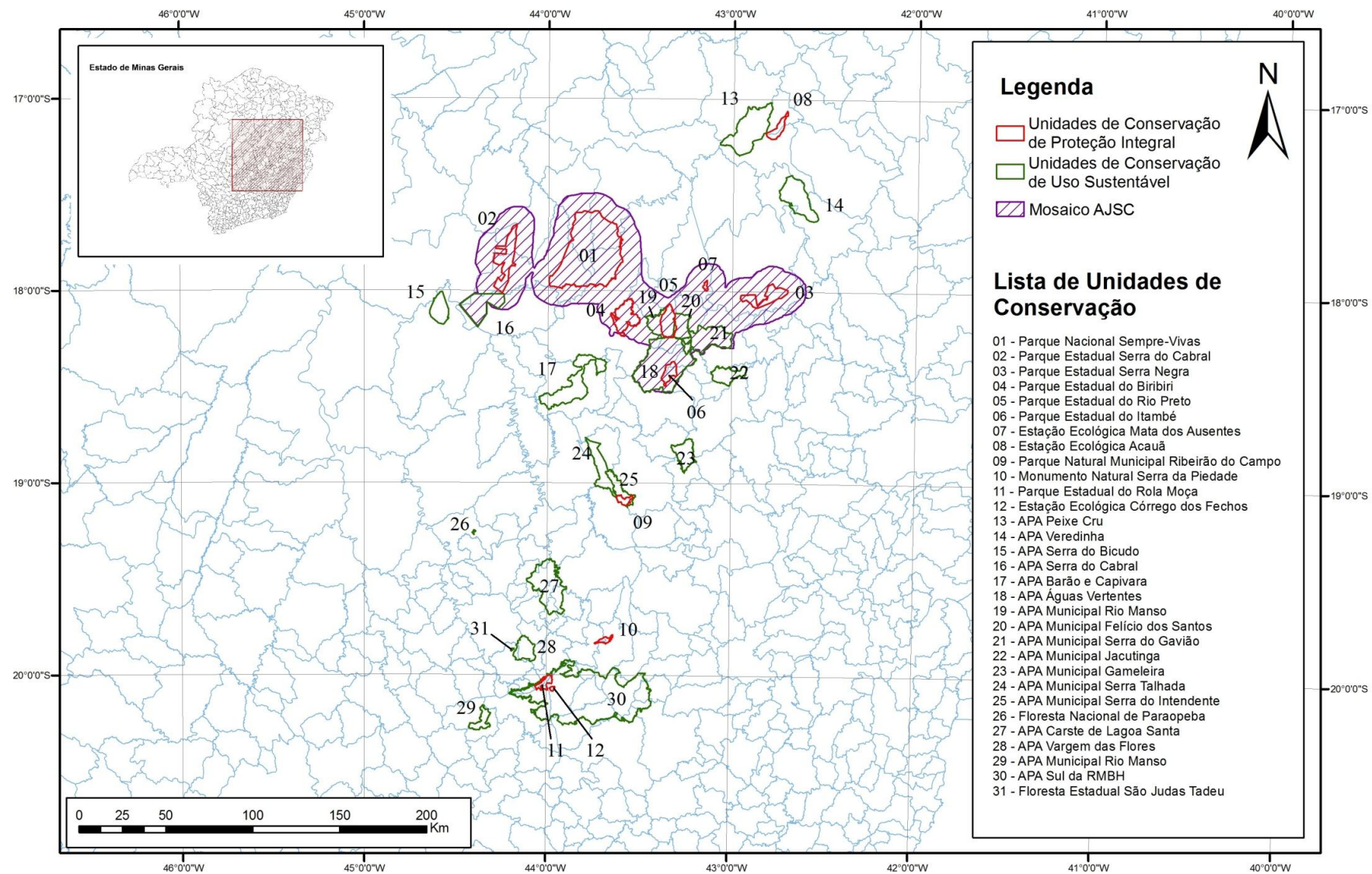


Figura 3. Mosaico Alto Jequitinhonha Serra do Cabral (lilás). Abrange sete UC's de proteção integral (vermelho dentro do lilás).

A região caracteriza-se por dois cenários distintos:

1 - Redução dos territórios de coleta (duas situações)

a - regiões em que os conflitos se devem à redução ou à eliminação dos territórios de coletas devido à criação das unidades de conservação de proteção integral, caso, principalmente, das comunidades do entorno do Parque Nacional das Sempre vivas, dos Parques Estaduais do Biribiri e do Itambé;

b - regiões em que a redução nos territórios de coletas está associada ao estabelecimento de grandes empresas ou à aquisição de grandes áreas por grandes proprietários, que ao adquirirem as áreas, desmatam-nas para a introdução de pastagens ou monoculturas. Caso muito característico da região é o estabelecimento das grandes reflorestadoras que cultivam eucaliptos, mais evidente nos municípios localizados ao norte, leste e sul da região de abrangência da coleta extrativista de flores secas (Figuras 2 e 3).

2 – Impedimento de se exercer atividades de coleta em propriedades localizadas nos parques, mesmo sem a indenização dos seus proprietários.

A palavra foi concedida à plenária para que extrativistas dessas regiões, e com realidades distintas, pudessem comentar suas vivências.

- Sr. Célio - participante da comunidade de Joaquim Felício

“Joaquim Felício, Augusto de Lima, Francisco Dumont, Jequitai, Lassance vivem do extrativismo; esse é muito importante na região. Meus avós já coletavam esses produtos. Embora os órgãos ambientais (IEF/IBAMA) vêm se preocupando com a eliminação de algumas espécies que estão diminuindo (e estão certos), o que se observa é que a redução na produção em geral se deve muito mais ao estabelecimento de empresas que reflorestam com eucalipto, pinus, que plantam arroz, soja, o que tem reduzido drasticamente as áreas onde ocorriam as espécies, do que à coleta das espécies propriamente. Os campos que produziam, se cuidados, continuam produzindo normalmente. Se olharmos a Serra do Cabral, hoje, 80% dos campos que eram de sempre-vivas estão debaixo de pinus e eucalipto. O que me estranha são os órgãos ambientais proibirem a coleta e comércio de sempre-vivas e outros itens em geral, argumentando que é para preservar o ambiente, mas liberarem a entrada de trator, para gradear toda área de ocorrência de sempre-vivas, para cultivo de culturas como eucalipto, soja... Na região de João Pinheiro, onde já se colheu mais de 100 toneladas de sempre-vivas, 90% dos campos naturais hoje estão com soja, arroz ou eucalipto. Isso é, para mim, um grande contrassenso dos órgãos ambientais”.

- Sra. Geralda - participante de Macacos (comunidade do entorno do Parque Nacional das Sempre vivas) e presidente da Associação Artes e Flores da comunidade

“Eu acho que as comunidades estão sendo muito prejudicadas, porque foi proibido, mas não deu a gente outra escolha para viver; não sou contra a preservação, porque isso é dever de todo cidadão consciente. Mas se tem algo ainda para ser preservado nessas áreas é porque foram essas comunidades que preservaram; desde os nossos avós se vem preservando. As comunidades nunca extraíram madeira, carvão (essas coisas que prejudicam o meio ambiente); só se tira para o sustento, que é apanhar sempre-viva. Nos proibiram, mas a comunidade não sabe o que fazer, porque só sabia coletar. Não tem outra maneira, pois são anos vivendo daquilo. As pessoas

que plantavam ou tinham gado, hoje não têm o que fazer. A comunidade pediu para fazer um abaixo assinado, pois está revoltada; nossas terras estão todas dentro do parque e não podemos fazer nada lá dentro. Não pode plantar, pois não pode roçar, as criações não têm o que comer. A Universidade foi lá fazer um trabalho com a gente sobre experimentar o cultivo de sempre-vivas, mas a gente não tem como fazer esse trabalho porque as terras estão dentro do parque. Eles dizem que pode apanhar, mas o comprador não vai lá pegar, porque tem medo. Os moradores pediram para trazer esse abaixo assinado, em nome de todos os proprietários de terra (alguns vivem lá dentro do parque).

“...viemos, por meio dessa, reivindicar os nossos direitos de produzir e cultivar nas nossas terras, hoje localizadas dentro do parque. Lembrando que a nossa comunidade vive do extrativismo, sendo o nosso principal meio de sobrevivência. Ressaltamos que a criação do parque acima citado aconteceu sem que fôssemos informados, consultados, afetando, principalmente, a nossa parte sócio-econômica...”. (Documento completo – ANEXO 1 – página 50).

“Queremos preservar, não somos contra, mas que nos dê meio de sobreviver de outra forma”.

- Marina – funcionária do Parque Nacional das Sempre vivas (ICMBio)

Segundo ela, a informação de que os proprietários de terra são proibidos de exercerem suas atividades é falsa, já que, por lei, enquanto não indenizadas, as pessoas podem continuar exercendo as mesmas atividades. *“A gente nunca multou ninguém por exercer o que exercia antes. O negócio é obter o licenciamento do estado para obter a anuência do parque”.*

- Sra. Geralda - participante da comunidade de Macacos, em resposta à fala de Marina

“Se a gente apanha a sempre-viva e o comprador não pode ir lá comprar, porque o IBAMA (agora ICMBio) não deixa, é a mesma coisa de não poder coletar; a gente não pode pegar, porque não consegue vender. Então não é mentira que não podemos coletar. Tudo que a gente vai fazer lá é errado”.

- Participante de Santa Rita (comunidade do entorno do Parque Nacional das Sempre vivas)

Comentou sobre a revolta ao ser multado (R\$ 3.000,00), pois, por ser proprietário de terra hoje pertencente ao Parque Nacional das Sempre vivas, um fogo foi ateado na propriedade e ele julgado responsável. *“Muita gente não arranca nem cinquenta centavos, como ele vai conseguir três mil. Até hoje ninguém nunca me levou à justiça, e achei alguém para me levar”.*

“Nossa região (Batatal, Santa Rita, Buriti do Cláudio) é pobre; se não permitir coletar a mercadoria do campo para o homem sobreviver, ele vai passar fome.

- Sr. Edson - participante da comunidade de Macacos

“Estão proibindo a gente até de passar na estrada real, que a gente usava para ir para Buenópolis e Curimataí, a cavalo. Disseram que não podiam continuar. As pessoas são cercadas na estrada; não deixam entrar. Quem usa a estrada são pessoas conhecidas, gente da comunidade, pessoas honestas, trabalhadoras, e são tratadas como vagabundos”.

O MERCADO DAS FLORES SECAS

A palestrante apresentou rapidamente fotos de espécies vegetais (“Sempre vivas” e “Frutos secos”) coletadas na região de abrangência.

Diamantina, além de uma grande produtora de muitas espécies coletadas extrativamente como Flores secas (são mais de 200), é também uma grande distribuidora desses itens; chegam muitas espécies de outros estados, para serem distribuídos a partir de Diamantina.

Na região, são cinco atacadistas exportadores; três em Diamantina, um em Joaquim Felício e outro em Belo Horizonte. No âmbito nacional, são oito; cinco em Minas Gerais, um em São Paulo, um no Pará e outro em Santa Catarina. Os principais países que importam as flores secas na atualidade são Estados Unidos, Alemanha, Holanda, Espanha, Itália, Austrália, Hungria, Polônia, China, Japão, Bélgica, Inglaterra e Dinamarca.

As sempre-vivas propriamente (aquelas que se assemelham a margaridinhas), de um modo geral são comercializadas pelo coletor no atacado; sem qualquer valor agregado, nem mesmo se utiliza no artesanato (na confecção de arranjos).

Já, aos botões, agrega-se um pouco mais de valor num número maior de espécies, mas sem significância diante do montante coletado. Como exemplo pode-se citar a comunidade de Galheiros, em que são manufaturados arranjos com muitas espécies de sempre-vivas e botões; e a comunidade de Raiz, em Presidente Kubitschek, onde se manufaturam peças artesanais com a sedinha ou capim dourado, à semelhança do que ocorre no estado do Tocantins. No entanto, na maioria dos casos, a manufatura ocorre por pessoas isoladas; poucos são os grupos organizados e as associações.

Ressalta-se que, no quantitativo coletado, o agregar valor é insignificante e o grande montante é comercializado, pelo coletor, no atacado (por quilo), aos feixes após secagem ao sol. Uma grande consumidora de sempre-vivas e botões na região atualmente são as fábricas de coroas de defunto (algumas em Datas, em Belo Horizonte, Ponte Nova, Lafaiete e Patos de Minas). Para o consumo nas fábricas, compra-se de tudo (qualquer qualidade), botões novos (o que representa um ponto negativo, por forçar a coleta de material imaturo, portanto, sem ainda produzir sementes) ou flores “passadas” (impróprias para a comercialização para outras finalidades).

Atualmente, a maior parcela comercializada é representada pelos botões (80%), enquanto o mercado das sempre-vivas representa 20%. Isso se deve ao fato das espécies de sempre-vivas mais comercializadas constarem na lista de espécies ameaçadas de extinção, e por isso, proibidas de exportação, mas comercializadas no mercado interno. No caso dos botões, dos 80% comercializados, apenas 10% vão para o mercado externo.

A maior parcela exportada atualmente é representada pelo grupo dos "Frutos Secos" (referindo aqui às demais espécies que não as sempre-vivas). Dessas, 40% do que é comercializado faz parte do subgrupo dos frutos propriamente, 40%, dos itens grandes (bambus, cipós, capas de coco, cachos, engaços, folhas de algumas palmeiras, etc) e 20%, dos outros itens (capins, folhas, etc).

MANEJO x LEGISLAÇÃO

As espécies de sempre-vivas mais comercializadas fazem parte de lista de espécies ameaçadas de extinção (*Syngonanthus elegans*, *S. venustus*, *S. bisulcatus*, *S. magnificus*), embora algumas que fazem parte da lista não sejam, atualmente, alvo de coleta (caso da pezinho branco, *Syngonanthus brasiliana*, de ocorrência na Serra do Ambrósio).

No entanto, mesmo as não constantes na “lista”, mas morfologicamente semelhantes às ameaçadas, são tratadas da mesma forma (proibidas de coleta). Esse é um ponto a ser considerado, uma vez que ao regulamentar/normatizar a atividade, a fiscalização deve estar preparada para distinguir as espécies.

Quanto aos botões constantes na lista de espécies ameaçadas, poucos são observados em galpões de atacadistas. Alguns são coletados pelas comunidades para utilização no artesanato, usados na confecção de arranjos.

Um fato que pode ser visto como positivo, é que algumas das espécies de sempre-vivas ameaçadas de extinção já são propagadas na região. “O enriquecimento de campos³ (Figura 4) já é uma prática muito comum na região (e há uma tendência, por parte do IBAMA, de se considerar o enriquecimento de áreas como uma forma de manejo) e algumas iniciativas de cultivo já existem (Figuras 5 e 6). A área enriquecida seria muito maior se houvesse incentivo. Isso poderia minimizar as pressões de coleta em campos nativos e contribuir para a preservação dessas espécies. Os coletores que enriquecem seus campos são muito cuidadosos com os mesmos: coleta-se na época certa, paga-se diaristas para evitar pressa durante a coleta, evitando, assim, o arranque da planta (“sapata”). Todas essas ações poderiam ser incentivadas e orientadas”. No entanto, o cultivo é restrito a poucas espécies e coletores, e deve ser visto como uma alternativa de manejo, dentre várias outras.



Figura 4. Avaliação da produção em campo enriquecido com *S. elegans* em Augusto de Lima (município de Augusto de Limas) e Batatal (município de Diamantina).

Foi ressaltado que apesar das iniciativas de cultivo e da abertura, por parte de muitos coletores, para a realização da coleta com manejo em áreas de ocorrência natural, não existe marco legal para isso. “Os coletores adotariam um manejo sustentável caso obtivessem benefícios econômicos diretos da exploração de seus produtos. O cenário atual favorece as pactuações”.

³Considera-se enriquecimento o incremento de populações nativas existentes em áreas de sua ocorrência natural, com a incorporação de outros indivíduos da mesma espécie com sementes (no caso das sempre-vivas) ou mudas, com o objetivo de aumentar a produção.



Figura 5. Coletor em área semeada por ele na comunidade de Galheiros (distrito de Diamantina) e campo cultivado com *Paepalanthus elongatus*, em Augusto de Lima.



Figura 6. Plantio experimental da sempre-viva *S. elegans* em sistema de faixa, canteiro e área total, na comunidade de Galheiros (distrito de Dimantina).

Na instrução Normativa do Ibama, de junho de 2008, que estabelece as normas e procedimentos para a coleta, transporte e comercialização de espécies constantes em listas federais e estaduais de espécies ameaçadas de extinção, está proposto que a coleta é possível desde que as espécies sejam reproduzidas artificialmente (cultivadas) ou, quando provenientes de ecossistemas naturais, coletadas com

manejo. No entanto, nenhuma legislação estabelece o que é o manejo e/ou determina os procedimentos para o cultivo. Foi sugerido que o participante convidado do IEF (referindo-se a Luis Carlos Cardoso Valle) ou os presentes na platéia e representantes do órgão pudessem ter informações sobre o andamento das duas Deliberações Normativas em tramitação, cujas discussões, para sua elaboração, teriam iniciado em junho de 2008.

Falou da importância da publicação das Deliberações, não só para a legalização da atividade, como para o direcionamento das pesquisas; a universidade (UFVJM) tem o papel de avançar nos conhecimentos relativos aos cultivos e ao manejo. Mencionou o fato de atores da cadeia não estarem participando das discussões para a elaboração das deliberações, o que pode tornar o processo inexecutável por parte dos usuários que, de fato, vão executá-lo. Disse que, embora o desconhecimento sobre as espécies dificulte a elaboração de tais propostas, deixou claro, que, somando os pouco conhecimentos científicos existentes ao vasto conhecimento tradicional/empírico dos coletores, poder-se-ia pensar em algo (normativa) provisório, mas que deixasse o coletor legalmente respaldado e incentivado a praticar ações de cunho conservacionista.

Finalizou dizendo que *“a legislação como está não favorece a conservação das espécies, pois as plantas saem do campo; o que acontece é que saem de forma, muitas vezes, clandestina e são colocadas no mercado interno por preços muito abaixo daqueles possíveis, se comparados aos obtidos se a atividade (coleta e comercialização) fosse legalizada. Para compensar os baixos preços, muitas vezes coleta-se uma quantidade muito maior. Os esforços deveriam ocorrer no sentido de transformar os principais usuários (no caso, os coletores) dos recursos os quais se deseja preservar, em guardiões desses recursos. Conscientizar essas pessoas e direcioná-las/informá-las ainda é o melhor caminho se, de fato, a intenção é a preservação. O extrativismo, de forma sustentável, ainda é a forma de manter a paisagem/relevo natural dessa região. As mineradoras e reflorestadoras não pedem licença”*.

- Geraldo – participante da plenária

“Esse evento é uma abertura que permite uma integração entre os órgãos da política pública, órgãos fiscalizadores e a sociedade”. Para ele, *“as leis ambientais chegaram na região já prontas e como quiseram”*.

Sugeriu uma rediscussão da legislação, *“pois o extrativismo é uma forma de preservar e produzir ao mesmo tempo. Portanto, não devia ser proibido dessa forma. Seria bom que se chegasse a um consenso. Esse evento é muito importante, pois permite que se faça uma aliança. A população civil está indignada com o parque. Uma aliança seria bom para todos. Que daqui surja um documento que possa trazer retorno, que seja bom para todos. Da forma que está, vai criar mais atrito”*.

“Quanto à questão preservar, tudo bem que o parque preserva. Mas se existe o que preservar, as comunidades ajudaram. Por isso é necessária uma aliança com elas. É preciso trabalhar em parceria: órgão ambiental, sociedade e política pública. Hoje não se pode explorar nada. Que conservação é essa que pensa no lado ambiental e não no social?”.

O participante finalizou sugerindo aos funcionários dos órgãos ambientais presentes que levassem o problema para o conhecimento dos seus chefes, diretores dos órgãos.

MOMENTO 2: ASPECTOS LEGAIS, POLÍTICOS E SOCIAIS DO EXTRATIVISMO VEGETAL

Obs: Frases em *itálico* são transcrições de falas.

Moderador: Claudenir Fávero - Professor

Instituição: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

O moderador abordou uma questão que julgou merecedora de destaque no debate que se iniciara:

- o confronto que se caracteriza na região entre a lei das Populações Tradicionais⁴, de 2007, e a legislação ambiental praticada.

“Enquanto a lei das Populações Tradicionais traz uma série de direitos e garantias para essas populações, e existem diversas comunidades da região, localizadas ou não no entorno das Unidades de Conservação (UC’s), que se caracterizam como Populações Tradicionais, a legislação ambiental praticada impõe uma série de restrições, que muitas vezes sobrepõem o direito dessas populações”.

Prelecionista 1: Luiz Carlos Cardoso Valle - Diretor de Desenvolvimento e Conservação Florestal

Instituição: Instituto Estadual de Florestas – IEF

Luiz Carlos iniciou agradecendo aos coordenadores do evento pelo convite, pediu desculpas por achar que o convite havia sido feito à pessoa errada, pois, após ter ouvido o primeiro momento, percebeu que o evento se restringia ao extrativismo das chamadas flores secas (às quais se referiu como sempre-vivas), atividade sobre a qual ele afirmou não ter domínio. Propôs uma abordagem mais ampla sobre o extrativismo e conceituações novas que pudessem abrigar as divergências percebidas, já que o extrativismo vegetal da região abrange a candeia (madeira e óleo) e material lenhoso, cujo objetivo principal é o carvão, considerado o mais impactante.

Para ele, a administração pública de meio ambiente é difícil, por ter que administrar interesses muito diferentes: de proprietários de terras, empreendedores, acadêmicos, comunidades, ambientalistas, etc. Disse que a instituição (IEF) *“trabalha mais sob pressão do que com racionalidade; enquanto*

⁴O Decreto n. 6.040, de 7 de setembro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Compreende-se por **Povos e Comunidades Tradicionais** grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Grupos: indígenas, quilombolas, seringueiros (Amazônia), geraizeiros – geralistas – veredeiros (N.Minas – Oeste Ba), geraizenses/camponeses dos vãos (Sul do MA), retireiros (planícies do Araguaia/MT), quebradeiras de coco (Zona dos Cocais/MA, PI e TO), barranqueiros e vazanteiros da beira e das ilhas do São Francisco (MG), pantaneiros (MT e MS)

aos olhos de alguns trata-se de um órgão intransigente, nada permitindo (referindo-se aos empreendedores), para outros (referindo-se aos ambientalistas), é muito permissivo". Mencionou a abordagem de um participante de Montes Claros, presente no evento, sobre a incoerência das instituições fiscalizadoras que, se por um lado não permite a extração/coleta de um dado produto vegetal, por outro lado permite a instalação de enormes áreas de cultivos, citando como exemplo os eucaliptais, a monocultura da soja, pastagens, etc. Para ele, a situação do Espinhaço, que envolve populações tradicionais e extrativismo poderia ser trabalhada sob outro conceito, que não os que a legislação atual permite.

Mencionou os conflitos típicos da região: Unidades de conservação x Áreas de coleta/extração de muitas espécies vegetais, referindo-se principalmente às sempre-vivas. Disse que o *"Estado estabeleceu/impôs um mosaico de UC's na Cadeia do Espinhaço sem consulta à população, o que caracteriza a criação de algumas das UC's como arbitrária. Apesar do sistema de criação de UC's ter evoluído com o SNUC⁵ (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), as audiências públicas realizadas, por serem obrigatórias, ocorrem, embora não sejam as mais amplas e representativas"*. Até então (antes do SNUC) delimitavam-se áreas de terras e baixavam-se Decretos (de esfera municipal, estadual ou federal), embora esses só possam ser alterados por lei, mesmo que o ato de criação da UC tenha sido por decreto.

Para ele, os trâmites, dependentes do poder público, para a desapropriação das áreas das UC's são muito lentos, congelando-se, no tempo, as populações que têm/tinham nessas os seus territórios de coleta e de outras atividades, já que o Estado não resolve os problemas fundiários. Citou como exemplo o Parque Nacional do Itatiaia, a primeira UC de proteção integral criada no Brasil, em 1937, cuja regularização fundiária encontra-se ainda com pendências.

Sugeri que fosse *"discutida a possibilidade de conversão de UC's de proteção integral (especificamente do Espinhaço) em Unidades de Uso Sustentável, para atender as necessidades de algumas comunidades, mediante estudos bem fundamentados, principalmente abordando aspectos referentes à importância e à abrangência dessas UC's. Principalmente ao se considerar o mosaico de Unidades de Conservação existente na região, a maioria de proteção integral (o Parque Nacional das Sempre vivas, os Parques Estaduais do Itambé, do Rio Preto, Biribiri, Serra Negra, Serra do Cabral, Serra do Cipó e Serra do Intendente)"*; ter-se-iam, nesse caso (UC's de uso sustentável), as comunidades como parceiras, e não como inimigas das unidades de proteção integral, essas últimas consideradas os motivos de maior conflito, seja na esfera estadual ou federal. Citou a falta de organização das comunidades como fator retardador na solução dos conflitos e exemplificou movimentos bem organizados (como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

⁵ O **Sistema Nacional de Unidades de Conservação** (SNUC) foi instituído pela Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Esta Lei estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Para fins previstos nessa lei entende-se por unidade de conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Segundo o SNUC, a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

Terra = MST) e mais poderosos economicamente que conseguem soluções mais rápidas para assuntos dos seus interesses e admitiu a pertinência do surgimento do Movimento dos Atingidos pelas Unidades de Conservação- MAUC.



Da direita para a esquerda: participação de Luiz Carlos Cardoso Valle (IEF), José Geraldo Araújo (ICMBio) e Ana Flávia Moreira Santos (MPF) no *Encontro de atores da cadeia do Extrativismo Vegetal da Serra do Espinhaço*, Diamantina, 2009.

Continuou dizendo que é simplista para o poder público proibir, mas sem apresentar alternativas efetivas. Exemplificou o caso dos conflitos gerados em Conceição do Mato Dentro, quando a instituição teve a sede incendiada, após a expansão do domínio do bioma Mata Atlântica abrangendo aquela região. Para ele, falta habilidade, por parte da instituição, para lidar com os problemas e citou o fato de serem, também, reféns da legislação, que impõe limites. *“Os conflitos são, na verdade, reflexos da falta de alternativas efetivas. Tem-se como consequência a clandestinidade ou a geração de situações de revolta. As leis que impõem limites só são discutidas ao nível de Parlamento”*.

Sugeriu que qualquer proposta que fosse elaborada após o evento (referindo-se ao documento/registro do encontro) tivesse o encaminhamento legal, e necessário, pelos representantes regionais do legislativo ou de outros órgãos para que possa tramitar a questão.

Falou de outra dificuldade, que é a questão legal, referindo-se às duas Deliberações Normativas (DN)⁶ em tramitação na Câmara de Proteção à Biodiversidade: uma específica para as sempre-vivas constantes em lista de espécies ameaçadas de extinção⁷ e outra, de maior abrangência, referente às demais espécies coletadas extrativamente⁸ na cadeia em discussão. Para ele, na leitura inicial da proposta da DN percebem-se processos complexos para as comunidades que efetivamente vão executá-los. Deixou claro que não sabe se a

⁶ As primeiras discussões referentes à elaboração das Deliberações Normativas iniciaram em junho de 2008.

⁷ As principais sempre-vivas coletadas e constantes em lista de espécies ameaçadas de extinção são: *Syngonanthus elegans* (pé-de-ouro), *S. venustus* (vargeira ou brejeira), *S. arthrotrichus* (minissaia), *S. bisulcatus* (chapadeira), *S. magnificus* (sempre-viva gigante) e *S. brasiliiana* (pezinho branco). As sempre-vivas minissaia e pezinho branco, embora constantes em lista de espécies ameaçadas de extinção, não são alvo de coleta atualmente.

⁸ Distribuídas nos seguintes grupos: flores (incluem sempre-vivas não constantes em lista de espécies ameaçadas), frutos secos, sementes, folhas, folhagens, capins, cipós, bambus, musgos, etc.

proposta solucionará ou complicará o problema⁹. A falta de conhecimento sobre as espécies foi citada como um dificultador na elaboração de propostas de manejo e conseqüente normatização da atividade e citou o importante papel da academia (referindo-se principalmente à UFVJM) na necessidade de avançar nos conhecimentos relativos aos cultivos e ao manejo, como ferramentas para a elaboração de protocolos e ajudar as comunidades.

Finalizou lembrando que ao transitar na área pública, independente da hierarquia, é de extrema importância se considerar o tripé da sustentabilidade (que considera os aspectos ambientais, sociais e econômicos) e exemplificando a experiência de outros países, inclusive alguns da América Latina, que atualmente trabalham o conceito de Bosque Modelo (para nós, Floresta Modelo¹⁰, que não se refere necessariamente a ambientes de floresta), o qual trata da formação em gestão territorial. Nessa modalidade de gestão, os atores, que dependem dos recursos naturais, o que caracteriza a região em questão (Espinhaço), reconhecem que o desenvolvimento sustentável é a questão a ser mantida, e é preciso que estejam dispostos a gerir, em parceria com o poder público, as ações dessas áreas (as Florestas Modelo).

Disse que nossas leis acabam dificultando uma gestão de território, que é uma gestão mais compartilhada com os diversos atores. Para ele, *“se o Estado reconhecesse que, em muitos casos, as comunidades têm mais razão que as autoridades, poder-se-ia chegar a alguns acordos ou a conceitos mais razoáveis; é possível trabalhar com conceitos diferentes de gestão do território, que absorvam as demandas locais, sem preponderância de algum dos atores (seja o setor público, ou o legislativo, ou o coletor). Compartilhar as preocupações e chegar a objetivos comuns que possam ser implementados de forma mais simplificada é um caminho que pode ser longo, mas a experiência poderá ser rica”*.

⁹ A impossibilidade de comercialização das sempre-vivas no mercado externo é vista, atualmente, como um entrave na cadeia, uma vez que, mesmo existindo muitos campos enriquecidos na região, não existem ferramentas legais que considerem-nos como uma forma de manejo e, portanto, impossibilitando a comercialização mesmo de espécies cultivadas.

¹⁰ O projeto de Bosque Modelo surgiu no Canadá com a proposta de promover a conservação e a utilização sustentável dos recursos florestais e ecossistemas associados, incentivando as comunidades locais ao uso integral dos recursos, através de associações, que desenvolvem atividades produtivas, educativas e de pesquisa. Em Minas Gerais, o projeto é desenvolvido pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema) nos Bosques Modelo da Mata Atlântica (Floresta Estadual de Uaimii, no município de Ouro Preto) e de Pandeiros (Áreas de Preservação Ambiental do Rio Pandeiros, Coxa e Gibão, no município de Januária).

Prelecionista 2: José Geraldo de Araújo – Representante da Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais

Instituição: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

José Geraldo iniciou apresentando o histórico do ICMBio, em decorrência de ser uma instituição de apenas dois anos, pois havia sido criada em 2007. Diferenciou sua função e a do IBAMA; enquanto o ICMBio atua na gestão das Unidades de Conservação (UC's) federais e tudo que diz respeito a elas (proposição, criação e gestão), o IBAMA é responsável pelos licenciamentos, discussão da qualidade.... e pela fiscalização em nível federal.

No Brasil são 130 UC's de proteção integral¹¹ e 170, de uso sustentável¹², sendo que dessas últimas 74 são Reservas Extrativistas (Resex¹³) e uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS¹⁴). Destacou o papel do ICMBio na execução de políticas relativas ao uso dos recursos naturais renováveis e o apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas UC's. Para ele, *“é difícil discutir a questão das populações tradicionais sem discutir a garantia de seus territórios¹⁵”*.

O ICMBio se organiza em quatro diretorias: a de proteção integral (que trabalha os planos de manejo), a de uso sustentável e populações tradicionais, a de biodiversidade (que trabalha a pesquisa no interior das UC's) e a de planejamento.

Focou a de uso sustentável e populações tradicionais, a qual estava representando. Essa diretoria trata **da regularização fundiária** (a questão do uso e o apoio institucional, na verdade, são arranjos intra e interinstitucionais, que asseguram as políticas públicas que garantem a reprodução e o desenvolvimento das comunidades tradicionais nos seus territórios), **e da gestão sócioambiental** (que trata da educação ambiental, da capacitação das comunidades, da gestão participativa para a formação dos Conselhos, que são deliberativos, e da gestão de conflitos).

Iniciou a abordagem, propriamente, citando o decreto 6.040 (citado anteriormente), de fevereiro 2007, que instituiu a Política Nacional de

¹¹ **UC's de proteção integral** – manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais

¹² **UC's de uso sustentável** – exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável

¹³ **RESEX** – a Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

¹⁴ **RDS** - a Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

¹⁵ Para Milton Santos, **território** é um conjunto que agrega os sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelo homem. Seria formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial e seu uso, ou, em outras palavras, é a base técnica mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e política (Santos, M. 2002, p. 87, citado por Zhou, A.; Barbosa, R.S.; Anaya, F.C.; Araújo, E.C.; Santos, C.S. Processos socioambientais nas matas secas do norte de Minas Gerais: políticas de conservação e os povos do lugar. MG Biota, v.1, n.2, p.14-27. 2008).

Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), e que é uma das missões do ICMBio: assegurar às comunidades tradicionais, estimada em cinco milhões de famílias, a garantia da reprodução e de um território específico.

Nessa questão, comentou sobre o acesso aos territórios e aos recursos naturais tradicionalmente utilizados por essas populações. Colocou como sendo a tônica do encontro a interação entre os territórios de populações tradicionais e as Unidades de Conservação. Para ele, *“a criação das Resex constitui o reconhecimento a esses territórios. E é fundamental garantir o território, onde se têm as condições básicas de sobrevivência. Nesse sentido, as RESEX se destacam enquanto UC’s”*. Das 304 UC’s, as 74 Resex e a RDS se enquadram nessa categoria. Ambas se destacam, principalmente, no seu processo de criação; são categorias de UC’s (Resex e RDS) que só existem se a população ou o grupo diretamente envolvido no extrativismo, geralmente em regiões de conflito, quiser. São áreas de domínio da União e a população recebe, por meio da concessão real de uso, o direito de usar os recursos naturais, mediante regras estabelecidas com a sua participação direta e definição, por ela própria, do plano de manejo. As primeiras Resex no país (Acre e Rondônia) foram criadas em 1990, com Chico Mendes, buscando assegurar uma outra forma de desenvolvimento para a região amazônica que não fosse a pecuária. Hoje se espalhou pelo país (as amazônicas; de mata de babaçu¹⁶; as costeiros-marinhos (de pescadores artesanais); de rios, lagos, mangues e estuários; do cerrado, que se caracteriza pela coleta de frutos, flores, sementes, etc). Alcançou vários tipos de biomas e situações, mas sempre com a mesma marca: as populações se mobilizam, propõem a criação da unidade e apresentam uma relação de coleta extrativista, principalmente o extrativismo não madeireiro, ainda que esse seja possível em alguns casos, como nos chamados Manejos Florestais Comunitários¹⁷. Além das 57 Resex existentes no país, a demanda é crescente; são 130 já cadastradas e com processo administrativo em curso (em fase de levantamentos fundiários). Dessas, mais de 50 já foram identificadas e encontram-se em fase de formalização do processo. Em Minas Gerais, são sete Resex em processo de criação (Sempre Vivas, na Serra do Cabral, em Lassance; Curimata, em Buenópolis; Barra do Bacui, em Ponto Chique, em Ibiaí; Córrego do Tamanduá, em Riacho dos Machados; do Areão, no Vale do Guará, em Rio Pardo de Minas; Gerais, em Buritizeiro; e a Serra do Bicudo, em Corinto), algumas com estudos fundiários já realizados.

José Geraldo enfatizou a necessidade de mobilização para que os processos sejam mais ágeis (seja no âmbito de IEF, ICMBio ou outra instância qualquer) e disse

¹⁶ Em 1997 foi aprovada, no município de Lago do Junco, região central do Maranhão, a Lei do Babaçu Livre. Basicamente, ela garante às quebradeiras de coco do município e às suas famílias o direito de livre acesso e de uso comunitário dos babaçus (mesmo quando dentro de propriedades privadas), além de impor restrições significativas à derrubada da palmeira. Essa iniciativa vem se alastrando e, atualmente, 13 municípios (oito no Maranhão, quatro no Tocantins e um no Pará) possuem legislação do gênero. Em 2003, o debate sobre o assunto passou a integrar a agenda política nacional, com a criação de um projeto de lei que, em resumo, estende a Lei do Babaçu Livre para toda a área dos babaçuais.

¹⁷ Manejo Florestal Comunitário – é o manejo de florestas através do qual é garantido o uso ambientalmente sustentável das mesmas, fato que, ao mesmo tempo, beneficia as comunidades locais. Trabalha-se em dois sentidos: de um lado, suprimindo as causas diretas e indiretas de desmatamento e, de outro, restituindo a responsabilidade pelo manejo das florestas às comunidades que as habitam, por serem elas as maiores interessadas na conservação do recurso.

que o evento/encontro de extrativistas do qual estava participando era um reflexo desse sentimento mobilizador.

“O Processo de construção dessas categorias de UC’s (Resex e RDS) se dá com participação direta; no ICMBio a participação na construção é toda instituinte. O marco foi o encontro realizado em 2006¹⁸, que reuniu 140 lideranças de 52 Resex e é responsável por boa parte da normatização que existe hoje (seja para criação, elaboração dos planos de manejo ou autorização à pesquisa com acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado). A partir desse encontro foram formatadas as primeiras Instruções Normativas (IN), que hoje orientam o ICMBio. Das 57 Resex citadas anteriormente, cerca de quinze delas têm populações tradicionais específicas no seu interior. Todas as demais dessas UC’s têm alguma interface com populações tradicionais (principalmente indígenas e quilombolas). Atualmente, a diretoria do ICMBio se organiza, não só para resolver a questão fundiária (citada como o maior gargalo no processo), mas para fazer um debate de construção afirmativa, de forma a criar mecanismos que garantam e assegurem o que já está na legislação”.

Ressaltou que *“até que se proceda a regularização fundiária, as comunidades do interior de UC’s devem ser realocadas e reassentadas num processo negociável, para se assegurar a forma de reprodução naquele território”.* Para ele, como há uma distância entre o que está na legislação e o que é praticado, a mobilização de todos é fundamental, para a construção do instrumento que tem sido trabalhado, que são os termos de compromisso (que tem valor legal e podem ser executados), que asseguram as relações, no sentido da permanência no território, mas num processo de reprodução e comercialização da extração. Disse que o processo de construção deve ser afirmado, que o Parque Nacional das Sempre vivas está em processo inicial de construção, e que tem que avançar nesse sentido. *“Há que se buscar a garantia de territórios das comunidades tradicionais que têm no extrativismo a sua principal atividade. Há que se buscar a formação de outras unidades de conservação, sejam estaduais ou federais, mas que garantam a essa população o seu território para que possam viver com qualidade de vida, tendo o extrativismo como sua opção de reprodução cultural, mas não como necessidade de sobrevivência”.*

José Geraldo finalizou sua participação dizendo que lhes interessa, e muito, o desfecho e os caminhamentos do encontro, pois o ICMBio encontra-se num processo de construção e toda contribuição será benéfica no sentido de fortalecer a relação para garantir e assegurar direitos a uma parcela da população (populações tradicionais), com a qual o Estado brasileiro tem um débito

¹⁸ A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais tem origem em uma série de debates públicos realizados no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, fórum de composição paritária criado pela Presidência da República (Decreto de 13 de julho de 2006). Entre agosto de 2004 e novembro de 2006 foram realizados, entre outras ações, o I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais (agosto de 2004 – Luziânia – DF) e cinco oficinas regionais no período de 13 a 23 de setembro de 2006, nos estados do Acre, Pará, Bahia, Mato Grosso e Paraná, as quais contaram com a participação de cerca de 350 representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais de todo o Brasil. Tais processos, além de subsidiarem a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, também geraram elementos consistentes e legitimados para a proposição, a curto prazo, de um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais.

monumental. Disse que a questão fundiária no Brasil é uma questão de polícia e que é preciso avançar no sentido de garantir os direitos e assegurar os territórios a essas comunidades.

Prelecionista 3: Ana Flávia Moreira Santos – Antropóloga - Perita

Instituição: Ministério Público Federal – MPF

Ana Flávia iniciou falando da dificuldade de afirmação dos direitos territoriais de populações tradicionais em geral e de populações implicadas em atividades extrativas. *“Se por um lado o uso dos territórios por essas comunidades é visto pelo Estado como um vazio, pois não há apropriação, por outro lado, têm-se apropriações de grandes extensões por atores que podem afirmar um vínculo de propriedade ou ter acesso a outras formas de apropriação desses espaços, como é o caso das grandes áreas de plantações de eucalipto no Vale do Jequitinhonha. Torna-se mais fácil que ações Estatais sejam implementadas de forma autoritária, ao invés de reconhecer o uso desses territórios”.*

Outra fragilidade, mas que, segundo Ana Flávia, o evento representava uma demonstração de mudança, é a questão do relacionamento entre a atuação do Estado (criação de UC's) e as comunidades; *“as comunidades não têm mais aceitado ficar invisíveis e que os valores de suas tradições, de suas formas de uso, sejam desconsiderados, em nome de critérios como o da própria apropriação privada, que não são os delas, ou em nome de critérios que vêm do mundo urbano, que não são do mundo rural (caso de Irapé, do desconhecimento inicial das comunidades tradicionais)”.*

Vê-se que o *“problema é muito sério, mas nota-se que esse é um momento em que todos os atores percebem que o conflito não é o caminho; a criminalização ou o estabelecimento de medidas de forma autoritária empurra as comunidades para o processo de clandestinidade ou de criminalização de práticas que são tradicionais, e que não devem ser encaradas apenas como práticas produtivas, mas como práticas que fazem parte de todo o modo de vida tradicional que vem se desenvolvendo em determinados locais”.*

Para Ana Flávia, é necessário dar visibilidade cada vez maior a essas comunidades; citou a demanda de Resex na região como fator favorável e indicador de mudanças, e do trabalho percebido na relação entre a Universidade (UFVJM) e as comunidades. Para ela, *“um instrumento que vem sendo muito utilizado para isso em outros locais é a Cartografia social¹⁹, que permite não só ao Estado mapear as atividades, as fontes de recursos, criar instrumentos que tornem visíveis, não só para os órgãos de estado, que essas populações e seus usos existem, como também para a própria população se conscientizar cada vez mais dos direitos e do espaço que utilizam e que, muitas vezes, do olhar da lei mais cotidiana (que está pautada unicamente pela propriedade privada) aparece como se não fosse de ninguém, quando na verdade, muitas vezes, aquilo que não é de ninguém é de muitas pessoas. São vários usos construídos pelas comunidades ao longo do tempo e que vêm sendo fundamental para a preservação daqueles recursos que estão nos locais”.*

¹⁹ O conceito de **Cartografia social** surgiu de um projeto do professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, da UFAM - "O objetivo do projeto Nova Cartografia é realizar um trabalho de mapeamento social dos Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia. Pretende-se privilegiar, para tanto, a diversidade das expressões culturais combinadas com distintas identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais."

“Vendo o debate de manhã (referindo-se ao primeiro Momento do evento), chega-se à conclusão de que o conflito atual é um conflito pelo processo como as coisas (criação das UC’s) foram realizadas, mas ele não pode ser tomado como uma questão de princípio. Se se reconhece que a relação com o meio ambiente é uma parte fundamental do modo de vida dessas pessoas (comunidades extrativistas), dessa tradição, que não só não quer se perder, como está garantido a sua perpetuidade, chegar-se-á à conclusão que os principais interessados na preservação do ambiente são as comunidades, e que o vem fazendo ao longo das gerações. É importante perceber que se encararmos que os interesses entre comunidades e órgãos ambientais são contrários por princípio, perde-se na preservação do meio ambiente. Não só porque os saberes das comunidades são profundos, pois elas lidam com o recurso há gerações, por isso devem ser considerados e valorizados, mas também porque se se pensa que o meio ambiente equilibrado é um direito de todos, a sua preservação deve incluir todas as perspectivas que incidem sobre ele. Portanto, não se deve excluir a perspectiva das comunidades”.

“Por outro lado, é importante perceber os instrumentos legais que se têm para isso. Existe uma legislação para ser explorada positivamente. Deve-se prestar muita atenção também nos instrumentos infralegais, ou seja, nas formas práticas de fazerem as coisas acontecer, seja via Deliberações Normativas, ou nos processos que essas vão estabelecer, de modo a facilitar o máximo possível o acesso dessas comunidades aos órgãos de Estado. Eu entendo o debate de manhã como dois atores com pesos muito diferentes falando; muitas vezes o que um funcionário de um órgão de Estado fala, pode servir de lei. Daí a necessidade de criar instrumentos que realmente possibilitem ao cidadão comum acessar as leis, as formas legais de conduzir as coisas; caso contrário, cria-se uma interdição que, no seu limite, leva-se a uma clandestinidade ou a uma criminalização das práticas das pessoas. Esse ponto não pode ser esquecido nos debates!”

“Se está em tramitação/discussão a elaboração de Deliberações Normativas direcionadas ao extrativismo praticado na região, é hora das comunidades participarem do processo e contribuir para que os instrumentos criados sejam realmente acessíveis e praticados ao final do processo”.

“Já que o diálogo e a parceria fazem parte, inevitavelmente, do caminho a ser construído, tanto para a garantia dos direitos das comunidades, quanto para a ação do Estado na preservação do meio ambiente, fica o convite e coloco o Ministério Público à disposição para participar do debate e, se for da vontade dos atores que se encontram aqui, assegurar o espaço de diálogo, de conversa. Como são 58 municípios envolvidos no extrativismo, o Ministério Público é territorializado; existem várias promotorias nos municípios do interior. No caso de Diamantina, a procuradoria que atende fica em Sete Lagoas, mas devem existir outras em outros, dentre os 58 municípios citados como extrativistas na região”.

Ana Flávia finalizou dizendo que levaria a discussão ao Ministério Público Federal e deixou o convite para os representantes das comunidades e todos os atores/setores/órgãos/instituições representados no evento, que visitassem,

entrassem em contato com a procuradoria de Sete Lagoas ou encaminhassem o documento resultante do encontro para essa procuradoria.

Manifestações da plenária:

Obs: Frases em *itálico* são transcrições de falas.

1) Marina - ICMBio – falou que as pessoas devem estar abertas às novas idéias, tentar uma adaptação às novas realidades. Citou a rejeição da comunidade de Macacos na assinatura do termo de compromisso com o Parque Nacional das Sempre vivas (PNSV). Disse que a Reserva Extrativista (Resex) funciona bem, mas que é *“terminantemente contrária à idéia de retração da área do PNSV”*, proposta por Luiz Carlos, do IEF, já que *“o parque também é bom para a preservação das espécies e é essencial preservar a área na sua totalidade”*, julgando ser bom para a região.

2) Padre Gê - Prefeito de Diamantina – comentou sobre a desproporcionalidade existente entre as instituições ambientais (legisladoras ou fiscalizadoras) e as comunidades; *“se de um lado existem organizações/instituições fortes (com fortaleza federal, estadual, municipal), do ponto de vista financeiro (com orçamento, veículos, etc) e organizativo, do outro, estão pessoas desorganizadas e de baixa renda, por isso virou uma batalha injusta, por falta de organização do lado dos cidadãos comuns”*. Mencionou a ferramenta de luta de uma moradora/coletora da comunidade de Macacos, participante do evento, e presidente da Associação Comunitária Artes Flores daquela comunidade (a Geralda), um abaixo-assinado de proprietários de áreas do Parque Nacional das Sempre vivas, apresentado durante a sua participação no início do evento, reivindicando o direito de uso das propriedades, uma vez que nenhum proprietário até o presente foi indenizado. Comentou sobre a exposição de alguém do conselho gestor do parque do Biribiri, cujo trabalho foi elogiado, mas cujo resultado desfavoreceu totalmente as comunidades. *“É preciso esquecer o passado e construir um momento rico de debates”*.

3) Geraldo - Presidente da Associação dos Produtores Rurais da comunidade de Padre João Afonso – Município de Itamarandiba – falou da criação do Parque da Serra Negra e elogiou a importância do mesmo para a região e mencionou seu esforço para vê-lo estruturado; disse que atua como brigadista voluntário do IEF. Finalmente destacou que as pessoas que eram proprietárias atingidas pelo parque, até então, não haviam sido indenizadas e são proibidas de plantar ou exercer normalmente as suas atividades.

4) Flávio – da comunidade de Inhaí - membro do Conselho do Parque Nacional das Sempre Vivas – sugeriu que o documento resultante do evento contemplasse os problemas de todos e que, de fato, fosse encaminhado às instâncias competentes. Pediu às autoridades presentes que fizessem uma leitura antes da criação das unidades de conservação. Citou a importância da Cartografia Social (citada por Ana Flávia, do MPF) antes do estabelecimento de qualquer Unidade de Conservação na região. Para ele, a criação dos parques na região de Diamantina interferiu no aspecto cultural das pessoas e favoreceu o êxodo de muitas pessoas que anteriormente sobreviviam de algumas atividades de extração e criação de animais (gados nas propriedades) na região e partiram dos seus locais de origem, deixando suas casas e outros bens. *“Preservar o*

ambiente apenas não adianta; preservar para que e para quem? Antes dos parques, já existiam as tradições culturais; as leis foram formatadas em Brasília, sem que as pessoas que fazem isso conhecessem a realidade”. Criticou o parque Nacional das Sempre Vivas, citando o fato desse ter sido criado há sete anos (2002) e só muito recentemente ter sido instituído o Conselho.

Após a colocação dos participantes, os prelecionistas fizeram seus comentários finais sobre o que ouviram:

5) Luiz Carlos – IEF - respondeu à Marina (do ICMBio) que a sua proposição de retração da área e/ou da reclassificação da categoria de unidades de conservação (referindo-se ao Parque Nacional das Sempre vivas) foi função do que tinha ouvido durante o evento sobre a realidade da região. Disse que o IEF não é contra a proteção integral e trabalha com diversas dela, mas em alguns casos específicos devem-se rever as posições. *“Quando a restrição da UC atinge a sobrevivência das comunidades, tanto do ponto de vista econômico quanto cultural, os órgãos têm que ter a humildade e reconhecer que a delimitação ou a classificação da unidade foi equivocada, portanto passível de revisão através do instrumento legal que é a lei. A alteração só ocorre por força de lei”.*

Respondeu à colocação do Pe. Gê, prefeito de Diamantina, que concorda com a desproporcionalidade financeira e organizativa entre órgãos ambientais e comunidades extrativistas à qual ele se referiu, mas deixou claro que *“já se passou o tempo da prepotência do poder público (tem que conversar, argumentar, ouvir)”*, e refrisou o fato de serem prisioneiros da lei e existirem normas que, obrigatoriamente, devem ser cumpridas, mesmo que tecnicamente se discorde delas. Exemplificou que o parque Estadual Serra Negra é um caso de Unidade de Conservação que tem característica para proteção integral, pois não ocorreu interferência de sua criação na sobrevivência das comunidades. Falou da necessidade da cartografia social mencionada pelo Flávio (participante de Inhaí) e pela Ana Flavia (participante do Ministério Público Federal), como uma necessidade quando da criação de UC's de uso restrito, como forma de minimizar os erros cometidos quanto à categorização e delimitação, embora, segundo ele, *“existam casos em que a criação de UC's de proteção integral é imperiosa, por exemplo, quando há endemismo de algumas espécies ou um manancial a ser protegido”.*

6) José Geraldo – ICMBio – para ele, *“a recategorização de UC's não pode ser tratada como um mito, pois são forçados a reconhecer os enormes erros na criação de UC's não precedida de estudos sócio-ambientais”.* Mencionou que *“algumas UC's de proteção integral foram criadas sobre grupos populacionais simplesmente porque não foram realizados estudos. “Tem-se que mobilizar (município, estado e união) enquanto instituições para discutir a recategorização”.* Citou o caso oposto de regiões da Amazônia, onde foram criadas UC's de uso sustentável, quando poderiam ser de proteção integral, devido à baixa densidade populacional (citou casos da existência de cinco ou seis famílias em áreas de 300.000 hectares). Chamou a atenção para o decreto 6.040, que institui a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, que deixa claro a responsabilidade do Estado com tarefas de apoiar setores da população que são/estejam invisíveis e desorganizados. Comentou sobre a existência da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais já instituída e disse que há uma proposta de criação de comissões estaduais. Nesse sentido, fez um convite ao prefeito de Diamantina, Pe. Gê, para provocar o estado a constituir uma comissão estadual, que seja paritária (governo e

sociedade civil organizada), para garantir o fortalecimento dos direitos dessas comunidades.

7) Ana Flávia – Ministério Público Federal (MPF) – disse que as questões discutidas no evento são complexas, mas que devem caminhar, e convidou os setores representados no evento e as comunidades para se aproximarem do MPF, podendo esse atuar como um facilitador de diálogo e ajudar no caminhar da construção, cobrando dos órgãos de Estado que efetivamente considerem os direitos das comunidades. Considerou que *“as duas questões tratadas (tanto à relativa ao meio ambiente quanto à de proteção aos direitos das comunidades tradicionais) são matérias afetas à constituição e, portanto, afetas também ao órgão (MPF)”*.

MOMENTO 3: SUSTENTABILIDADE DO EXTRATIVISMO VEGETAL: ASPECTOS TÉCNICOS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS

Moderador: Ricardo Ribeiro - Professor

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas

Prelecionista 4: Cassiana Solange Moreira - Educadora ambiental do Parque Estadual do Jalapão – TO

Instituição: Instituto Natureza Tocantins - Naturatins

A idéia desse momento era que Cassiana abordasse a experiência do manejo extrativista do capim dourado (*Syngonanthus nitens*), realizado dentro de um Parque, e mostrasse a relação existente entre coletores e o órgão ambiental estadual - Naturatins - na conservação do Parque Estadual do Jalapão, na região do Jalapão, estado do Tocantins.

O Parque Estadual do Jalapão é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, localizada no estado do Tocantins e administrada pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins (órgão equivalente ao IEF em Minas Gerais). O Jalapão é uma região formada por oito municípios, localizada no extremo leste do estado do Tocantins, tendo como limites os estados do Maranhão, Bahia e Piauí.

Cassiana começou afirmando que *“não se faz conservação sem a participação das pessoas usuárias do recurso que se quer preservar. As pessoas são essenciais para a conservação. As Unidades de Conservação existem para elas. Muitas vezes, quem está na “sede” não leva em consideração as relações estabelecidas no dia-a-dia com a comunidade”*. O termo sede foi utilizado referindo-se ao local onde ficam os funcionários de órgãos ambientais que não têm nenhum contato com o campo, com as comunidades rurais.



Da esquerda para à direita - Cassiana Solange Moreira (Parque Estadual do Jalapão), Ricardo Ribeiro (PUC-Minas, moderador) e Maria de Lourdes (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM) no *Encontro de atores da cadeia do Extrativismo Vegetal da Serra do Espinhaço*.

Lamentou os conflitos existentes entre os gestores de Unidades de Conservação e as comunidades extrativistas no Espinhaço. Ao invés das UC's serem vistas como algo bom para a região, as comunidades as vêem como ruins, pois a criação dessas acabou invadindo seus territórios de coleta ou de outras atividades antes desenvolvidas na área das unidades. No entanto, para a Unidade de Conservação,

é mais favorável que essa tenha como limites/vizinhos os extrativistas, ao invés de empreendimentos de quaisquer natureza. Deve-se lembrar que a Unidade de Conservação é uma forma de preservar também a cultura das comunidades.

Falou dos benefícios de uma Unidade de Conservação para as comunidades e para as gerações futuras. Especificamente sobre a coleta do capim dourado, abordou o histórico desse – manufaturado há mais de 80 anos, mas apenas a partir de 1996, 1997, 1998, devido à chegada do ecoturismo na região, é que se iniciou a comercialização propriamente. Em 2000, quando foi criado o Parque Estadual do Jalapão, o ecoturismo se intensificou. O deslocamento de pessoas para conhecer o parque favoreceu o comércio do artesanato com o capim dourado.

Em 2002, deram início às pesquisas com o capim dourado, cuja demanda partiu da própria comunidade. A comunidade acompanha todo o processo, principalmente os estudos com o uso do fogo, que, segundo os coletores, quando usado, permite uma maior germinação do capim e maior produção de flores.

Em 2003, iniciaram as discussões sobre o redirecionamento do parque, pois as comunidades do interior reivindicaram revisão de limites, argumentando que se a área era preservada era por causa do modo de vida das populações nativas e do manejo praticado por eles.

Em 2005, foi publicada a portaria que regulamenta o manejo, mas em 2007, após discussões nas comunidades, essa passou por revisão, culminando com a elaboração e publicação da portaria 362, de 2007 (da Naturatins) que vigora até hoje. Segundo essa portaria, a coleta do capim dourado só pode ser iniciada a partir de 20 de setembro; todo coletor deve estar cadastrado em associações; os capítulos (onde estão as sementes) devem ser deixados no campo após a coleta da haste (nessa espécie, apenas as hastes são utilizadas na confecção do artesanato); nenhuma matéria prima pode ser comercializada sem processamento, além de só poder ser comercializada entre associados. O semeio ocorre no mesmo local de coleta, o que contribui para a sustentabilidade da atividade. Os próprios artesãos exigem e acham importante que sejam cumpridas as normas e agem como fiscais dos descumpridores. Além do capim dourado, o buriti (*Mauritia flexuosa*), do qual se utiliza a epiderme para "costurar" o capim, também tem legislação específica.

Em 2009, houve audiência pública para tratar da redelimitação do parque. O principal objetivo era atender as reivindicações de populações tradicionais (como os quilombolas). Após alguns estudos, foram lançadas propostas de retração de algumas áreas do parque (aquelas mais exploradas pelos extrativistas) e de expansão de outras (áreas mais próximas a empreendimentos). *“As próprias comunidades perceberam a importância de se deixar, fazendo parte do parque, as áreas mais próximas a outros empreendimentos para evitar a expansão desses”*. A redelimitação foi definida, mas a oficialização ainda se encontra em processo.

Cassiana comentou também sobre a grande relação de confiança existente entre a educadora ambiental do parque e a comunidade, o que, segundo ela, favorece as ações, evita conflitos e permite a conservação. Um exemplo da boa relação citada é o fato de a associação Onça (em que as pessoas processam frutos nativos

existentes na região) ter o veículo do parque disponibilizado por ocasião das coletas, o que, segundo ela, demonstra a relação pacífica entre comunidade e Naturatins.

Citou várias atividades, desenvolvidas pela Naturatins, envolvendo a comunidade: reunião sobre boas práticas de manejo, capacitação de condutores ambientais, comemoração do aniversário do parque, combate a incêndio, apoio à pesquisa, reuniões comunitárias para discussão de assuntos da comunidade, atividade de educação ambiental, cadastro dos produtores rurais, capacitação de brigadistas, criação do coral ambiental, discussão e execução do protocolo do fogo (acordo dos municípios para reduções de queimadas), workshopping sobre queimadas, palestras educativas, comemoração do dia da água, reuniões com o conselho consultivo, desenvolvimento de programas como "Maior idade vai ao parque" (excursões com pessoas antigas da região e que ainda não conheciam o parque), etc. Segundo ela, *“após conhecerem o parque, essas pessoas conseguem entender porque o parque existe”*. Para Cassiana, todas essas atividades aproximam a comunidade do parque e o parque da comunidade.

Prelecionista 5: Maria de Lourdes – do Conselho diretor do CAA/NM e Agricultora do município de Porteirinha - MG.

Instituição: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM

A idéia era falar da existência da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, sua importância e missão, e relatar a experiência de conquistas de direitos de comunidades contempladas e envolvidas em ações realizadas pelo CAA/NM.

Maria de Lourdes falou sobre a composição da comissão de povos e comunidades tradicionais, seus objetivos como mobilizadora de discussões desses povos e comunidades e seus biomas. Disse que se trata de uma comissão muito dinâmica e propositiva, com muitos resultados nas discussões relacionadas à preservação ambiental, criação de Resex, conquista de direitos de territórios, etc.

Sobre as experiências do CAA/NM nas conquistas de direitos, Maria de Lourdes citou algumas das ações desenvolvidas e exitosas:

- a conquista e legitimação de territórios por comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, catingueiros, geraizeiros e vazanteiros;
- com dois assentamentos, destacando que para todos os casos nem todas as ações são pacíficas na retomada de territórios. *“Comunidades têm demarcado e têm conseguido retomar territórios”*. Exemplificou o caso de uma comunidade do rio Pardo, que reconquistou terras pertencentes a empresas reflorestadoras. *“O retorno de nascentes de águas após algum tempo fortaleceu a comunidade para rever mais terras de volta”*. Para Maria de Lourdes *“não existe preservação se os nativos não estiverem presentes. Querem nos penalizar pelo que não fizemos. Temos deveres, mas também direitos, só devemos nos unir para conquistar nossos direitos”*.
- experiência do cooperativismo. No Norte de Minas tem-se a cooperativa Grande Sertão (assessorada pelo CAA/NM), com 160 cooperados, mas trabalham com 3000 famílias na coleta e processamento de frutos da caatinga e do cerrado.

Sugeriu e enfatizou a necessidade da criação de associações ou cooperativas por parte dos extrativistas do Espinhaço, e reiterou o quanto a união é necessária para que qualquer resultado de tentativa de conquista de direitos seja positivo. Pediu que as pessoas tomassem conhecimento da legislação, sejam todos ou alguns do grupo, para que possam conhecer seus direitos e saber reivindicá-los. Pediu também que os coletores atentassem para a representação na comissão de populações tradicionais e da importância de ter assento nessa.

Manifestações da plenária:

1) Maria Neudes – professora da UFVJM – pediu que Cassiana Solange Moreira comentasse mais sobre o protocolo do fogo, por ser esse um assunto complexo, mas considerado importante no manejo de sempre-vivas.

Cassiana respondeu tratar-se de uma pactuação com as comunidades; *"há uma mobilização das comunidades (instituições locais), que se reúnem para ver como cada ator pode contribuir para promover uma redução nos focos de queimadas. Tem dado certo em alguns municípios, mas em outros o funcionamento deixa a desejar"*.

Sobre o uso do fogo no manejo do capim dourado, Cassiana afirmou que, apesar de ser proibido, os coletores o praticam e solicitam apoio do parque, que fornece os brigadistas. Tem-se muito cuidado com a época a ser ateado e com a feitura de aceiros.

2) Participante da comunidade de Maria Nunes – perguntou sobre o aproveitamento de frutos do cerrado, já que na sua região existem várias espécies (mangaba, pequi, panã, gabioba, cagaita, jatobá, etc) e praticamente não há processamento. Disse que o êxodo de jovens da zona rural se deve ao fato de esses não terem o que fazer, e nem perspectivas.

Cassiana informou que no caso do Jalapão, embora pouco se agrega valor a esses frutos, o fluxo de turistas é alto e qualquer investimento nesse sentido seria compensado. *"Muitos turistas vão embora com dinheiro por não terem o que comprar, além do artesanato com o capim. A venda seria certa"*.

3) Uma participante de Mendanha aproveitou para citar o exemplo do projeto "Da Casca ao Caroço", da associação AMA-ME, que consiste no aproveitamento de frutas do cerrado, as quais são processadas principalmente para a confecção de doces. Falou da estrutura já existente em Maria Nunes, onde existe uma despoldadeira e da possibilidade de extensão no aproveitamento de outras espécies de frutas nativas.

Ricardo Ribeiro – professor da PUC Minas - exemplificou a experiência de Pirapora e Buritizeiro no aproveitamento dos frutos nativos do cerrado com a confecção de produtos para a composição de uma Cesta de natal. Citou o exemplo do panetone de jatobá.

Maria de Lourdes – do CAA/NM - comentou sobre o papel da cooperativa Grande Sertão, localizada em Montes Claros, que atende 300 famílias de extrativistas, processam 16 sabores de frutos e possui duas unidades de processamento de polpa, onde estocam no período da safra. *"As frutas processadas têm mercado garantido na rede do programa de abastecimento"*. Maria de Lourdes reiterou a importância do associativismo. Aproveitou a fala para convidar os interessados no processamento de frutos nativos para conhecer a cooperativa Grande Sertão e o CAA/NM, em Montes Claros.

4) Pe. Gê - prefeito de Diamantina – comentou sobre a falta de tradição da região na organização e o quanto isso é desfavorável na conquista de direitos comunitários. Ressaltou a necessidade da região se organizar, de se ter representatividade nos vários pleitos e elogiou a representatividade da plenária como sendo um indicativo, e estimulador, de interesse organizativo. Disse que a falta de organização nos fragiliza, e que isso é devido à tradição da região na cultura extrativista, que, segundo ele, é individualista. Ressaltou a importância dos técnicos da Universidade como mediadores do debate e da importância de uma representante do Ministério Público Federal (Ana Flávia Moreira Santos) como mediadora entre a comunidade e o poder público. *“O momento que se está construindo é muito importante”*.

MOMENTO 4: PRODUÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DOS TRABALHOS EM GRUPOS

“Trata-se de um momento em que cada participante tem a oportunidade de relatar os problemas do extrativismo de sua região e propor soluções” (fala do professor Ricardo Ribeiro – PUC Minas).

O professor Ricardo Ribeiro conduziu a formação aleatória de seis grupos (exceto um dos grupos que foi composto, exclusivamente, por técnicos e representantes de órgãos públicos). Todos os grupos estariam incumbidos de responder a duas perguntas:

- 1) Quais os principais problemas relacionados à cadeia do extrativismo vegetal na sua região?
- 2) Quais as possíveis soluções para os referidos problemas?

Os grupos tiveram uma hora para fazer o debate e organizar as proposições. Em seguida, os resultados foram socializados na plenária.

A plenária foi informada pelo Pe. Gê, prefeito de Diamantina, que na sexta-feira seguinte (25/09/09) haveria uma audiência pública em Datas para discutir sobre o mesmo assunto tratado no evento, o extrativismo, mas de um modo mais amplo (vegetal e mineral).

- Antes de iniciar a socialização dos resultados dos trabalhos em grupos, última fase do evento, o Padre Ge, prefeito de Diamantina, pediu a palavra, devido à necessidade de se ausentar antes do término do evento. Elogiou a iniciativa do evento e o possível produto que sairia do mesmo, para que pudesse ser utilizado para futuros encaminhamentos. Disse que o documento contribuiria com as futuras discussões na busca de soluções para os problemas tratados no evento, pois, diferentemente de antes, estariam fundamentados e registrados. Comentou que as proibições das diversas atividades extrativas, antes permitidas na região, foram a principal queixa dos eleitores durante a sua campanha para prefeito. Segundo ele, naquele fórum (o evento) descobriu que seria possível dar um passo, já que teria algo oficial, até então inexistente. Sugeriu que se formasse um grupo, retirado entre os participantes do evento, já que sairia também um documento, que seria responsável para dar encaminhamento após o mesmo. Disse que como gestor municipal teria que resolver a questão junto aos órgãos, e nesse caso seria interessante a riqueza da representatividade. Agradeceu aos participantes do evento (órgãos públicos, instituições em geral e extrativistas), e disse que estão dando uma grande contribuição para a sociedade. Finalizou dizendo que *“nada melhor do que o diálogo para resolver certos problemas e se chegar a um consenso”*.

Grupo 1:

Mediadora: Professora Maria Neudes Sousa de Oliveira - UFVJM

Relatora: Rosa do Vale – participante (coletora e professora) do município de Mendanha.

Obs: As frases em itálico são transcrições de falas de membros de grupos.

Problemas apresentados	Soluções propostas
-Individualismo – falta de cultura de trabalho em grupo, ou seja, falta de organização em associações ou cooperativas, o que dificulta a solução dos problemas e o reivindicar dos direitos.	-Estímulo ao associativismo e cooperativismo. <i>“Seria uma forma de criar os nossos órgãos”</i> (fala de coletora).
-Dificuldade na liberação de licenciamento para área de cultivo para o agricultor familiar; custo elevado; não compensa o investimento e a morosidade no processo, o que impede execução na época/safra programada.	-Agilizar os trâmites legais para o licenciamento de atividades da agricultura familiar.
-Redução dos territórios de coleta, devido a criação de unidades de conservação. -Falta de alternativa apresentada pelos órgãos ambientais ao fazerem valer a legislação relativa às unidades de conservação, que é altamente limitante e proibitiva.	-Agilidade na indenização de proprietários das áreas dentro de unidades de conservação. <i>“Se a legislação existe para proibir, por que eles não cumprem a legislação também, pagando o que nós temos direito?”</i> . -Apresentação de alternativas para as comunidades, compatíveis com suas tradições, pois seus modos de vida são alterados ou até impedidos após a criação das unidades de conservação, sem qualquer compensação.
-Falta de informação por parte dos órgãos ambientais para com as comunidades; <i>“não procuram formar/informar as pessoas, não existe preocupação de levar o diálogo, ou o conhecimento, ou a parceria”</i> . <i>“Sempre a punição ao invés da educação”</i> . <i>“Obedeçam por bem ou por mal, pois se isto não acontecer, aqui estamos, dotados de poder, para puni-los”</i> (Fala da relatora referindo-se como a comunidade entende a ação dos órgãos ambientais ao aplicar as leis nas comunidades). Citou exemplos de proibição na coleta de frutos e lenha para consumo por pessoas de uma comunidade. <i>“Como viver no campo com dignidade? Não se pode pisar no chão sem sujar o pé de poeira”</i> .	-Mudança de comportamento de funcionários dos órgãos ambientais na abordagem para com as pessoas de comunidades extratoras. - <i>“Mudar o comportamento de punitivo para sócio-educativo”</i> . -Participação das comunidades em decisões tomadas por esses órgãos e que podem alterar os seus modos de vida. -Investimento dos órgãos com a educação ambiental nas comunidades. -Levar reeducação ambiental para o homem do campo; iniciar essa educação nas escolas. -Levar as informações de forma "dosada" (aos poucos) para que as pessoas possam assimilar.

Grupo 2:

Mediador: Marcílio Alysson – Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável - Diamantina

Relatores: Ivanete (coletora da comunidade de Galheiros) e participante de outra comunidade.

Obs: As frases em itálico são transcrições de falas de membros de grupos.

Problemas apresentados	Soluções propostas
-As pessoas das comunidades são pouco informadas, desorganizadas; <i>“são humildes e têm medo de falar”</i> .	-Investir de forma mais localizada nos distritos, pois cada comunidade é diferente da outra. -Estimular/investir em associações e cooperativas; <i>“é a forma mais fácil de trabalhar e de resolver os problemas”</i> .
-Ações fiscalizadoras com abuso de poder. <i>“Os coletores extrativistas estão andando no escuro. Falta entrosamento dos órgãos fiscalizadores com os extrativistas. Estão todos embaralhados”</i> .	-Abordagem diferente dos órgãos ambientais para com as comunidades; <i>“chegar de forma mais tranquila”</i> .
- <i>“Ignorância ambiental ao invés de educação ambiental; a violência é usada, põem arma na cabeça das pessoas. Fica até difícil a gente entender o que é verdade”</i> (fala da relatora). - <i>“As pessoas do poder público deveriam ser os mais responsáveis em educar as pessoas que não têm informação”</i> (fala do relator 2).	-Promover educação ambiental com extrativistas. -Resolver a questão dos limites dos parques; <i>“o limite é desconhecido; ninguém sabe onde pode e onde não pode trabalhar/coletar”</i> . -Maior apoio da Emater e do IEF, sobretudo fornecendo informações necessárias e sem contradições; <i>“já há investimento no artesanato, mas não no extrativismo (coleta)”</i> .
-A injustiça praticada: <i>“quem tem dinheiro compra a fiscalização, a licença”</i> . - <i>“As pessoas que fazem as leis não têm noção do que acontece aqui”</i> .	-Transformar parques em reservas extrativistas para que as pessoas possam utilizar. -Incentivar plantios; citou plantio experimental na comunidade de Galheiros em parceria com a UFVJM. -Elaborar plano de manejo participativo. <i>“Enquanto não existirem os planos de manejo, devem respeitar as tradições culturais e permitirem que a atividade continue”</i> . <i>“Se não acabamos com as sempre-vivas até agora, com seis meses ou um ano não vai acabar também não”</i> .

Grupo 3:

Mediadora: Professora Virgínia Martins - do curso de Turismo da UFVJM

Relatora: Maria José Batista – extrativista da comunidade de Gouveia

Obs: As frases em itálico são transcrições de falas de membros de grupos.

Problemas apresentados	Soluções propostas
-A implantação de unidades de conservação sem participação popular.	-Repensar (referindo-se à recategorização) as unidades de conservação de proteção integral.
-Estabelecimento de grandes empresas reflorestadoras (eucaliptos) prejudicando as nascentes de rios, quando, por outro lado, as coletas de flores secas, que nem arrancam plantas, são proibidas. -Extinção das sempre-vivas devido à supressão das suas áreas de ocorrência natural pelas grandes empresas, levando a “destruição” do coletor e da biodiversidade.	-Limitar avanço das grandes empresas, <i>"pois são elas as degradadoras, desmatadoras"</i> . Controlar com mais rigor o estabelecimento das mesmas. <i>“Não podemos ser culpados pelo que os outros fazem”</i> . -Exigir medidas de compensação das grandes empresas, que represente geração de emprego e renda para a comunidade.
-Fiscalização rígida na coleta, transporte e comercialização de sempre-vivas. <i>"Não se pode colher nem mesmo quando plantamos"</i> .	-Levar educação ambiental às comunidades, ao invés de levar a proibição. -Providenciar normativas que tirem as pessoas da clandestinidade.
-Falta de interação entre conhecimento tradicional e científico (referindo-se à desconsideração do conhecimento dos coletores na elaboração das Deliberações Normativas em trâmite)	-Desenvolvimento de pesquisas que solucionem os problemas de cultivo e permita coleta adequada (manejo). -Elaboração de normativas com a participação das comunidades.
-Custo/benefício baixo na comercialização devido o impedimento à exportação das sempre-vivas; os plantios (refere-se ao enriquecimento de áreas) existem, mas não é possível a comercialização. <i>“Nós plantamos e não temos o direito de vender”</i> .	-Publicação de “documentos” onde constam as normas, para possibilitar venda no mercado externo, o que favoreceria o coletor (referindo-se à publicação das Deliberações Normativas). -Oficinas para agregar valor à matéria prima, investir mais no artesanato.
-Falta de organização dos coletores. -Busca de lucro imediato por parte de alguns coletores desfavorece cuidados com as plantas.	-Criação de associações ou cooperativas e cadastramento de coletores; “carteirinha” para cada coletor. -Atacadista comprar preferencialmente de grupos organizados, coletores cadastrados.

Grupo 4:

Mediadora: Professora Denise - UFMG

Reladoras: participantes de Batatal

Obs: As frases em itálico são transcrições de falas de membros de grupos.

Problemas apresentados	Soluções propostas
<p>-A forma de ação do Ibama para a criação do Parque Nacional das Sempre vivas: <i>“Iam “colocar” o parque, todos tinham que aceitar; falaram dos deveres e não dos direitos, houve imposição na criação, faltou o diálogo, nenhum órgão falou dos direitos”.</i></p> <p>-A forma de ação do Ibama após a criação do parque: <i>“Abusam do poder porque ninguém entende nada de lei. Houve perseguição, humilhação, ameaças. O uso de armas por parte dos fiscais causa medo nas pessoas”.</i> Citou exemplos de pessoas que coletam itens para seus usos diários (confeção de vassouras de palha e consumo/lenha) e que são perseguidas/proibidas.</p> <p><i>“As pessoas entendem que a preservação é necessária, mas a forma como foi imposta é que ninguém concordou; se você recebe uma agressão, você devolve da mesma forma”.</i></p> <p><i>“A preservação dar mídia e é com isso que eles preocupam”.</i></p> <p><i>-“Em São João (da Chapada) sabe-se que tem um parque, mas ninguém vive o parque”.</i></p> <p><i>“Falam que qualquer coisa que a comunidade precisar, tem que fazer um projeto. Mas o que é um projeto se a comunidade não sabe nada disso?”</i></p>	<p>-Capacitar o Ibama para conhecer as comunidades.</p> <p>-Promover reuniões com o Ministério Público Federal para conversar sobre a forma de atuação da fiscalização que tem assustado os moradores das comunidades.</p> <p>-Capacitar as pessoas das comunidades sobre a legislação, os termos usados (como o que é uma reserva extrativista), os direitos e os deveres das pessoas.</p> <p><i>-“Educar a população para não destruir as campinas”</i> (o termo campina ora refere-se aos locais de coleta das sempre-vivas, ora às próprias sempre-vivas).</p> <p><i>-“Pagar os donos dos terrenos para serem brigadistas do parque”.</i></p> <p><i>-“Compreender as normas para melhorar o diálogo”.</i></p> <p><i>-“Entender as leis”.</i></p> <p><i>-“Capacitar os donos de terrenos”</i></p> <p><i>-“Cada comunidade deve ter uma pessoa para orientá-la”.</i></p> <p><i>-“Eles precisam entender e conhecer a gente”.</i></p>

Grupo 5:

Mediador: Professor Claudenir Fávero - UFVJM

Relatora: Maria Rosa - estudante da UFVJM.

Obs: As frases em itálico são transcrições de falas de membros de grupos.

Problemas apresentados	Soluções propostas
-Redução nas áreas de coleta para outros tipos de usos: introdução de plantios eucaliptos, de pastagens e da criação de unidades de conservação de proteção integral.	-Alternativas de geração de renda, e mais próximas da realidade das comunidades.
-Falta de clareza em relação às normas; o que é e não é permitido.	-Revisão das leis que foram impostas sem estudos adequados ou sem a participação de atores da cadeia na elaboração das mesmas. -Mais pesquisas sobre o manejo das plantas para o não comprometimento do Bioma onde ocorrem.
-Despreparo dos técnicos dos órgãos ambientais para lidar com as comunidades. -Fiscalização ostensiva, autuação com invasão de residências e prisão, sem diálogo.	-Diálogo e negociação entre comunidades e órgãos ambientais. -Fazer valer (reivindicar) os direitos das populações tradicionais, principalmente, as que estão nas áreas de unidades de conservação ou no seu entorno.
- <i>“Não se estuda para liberar, mas proíbem sem estudos”</i> – fala de um coletor referindo-se às proibições após a criação do Parque Nacional das Sempre-vivas.	-Retração da área e reconversão (recategorização) do Parque Nacional das Sempre-vivas, de modo que as pessoas possam continuar coletando.

Grupo 6:

Componentes: ICMBio, IEF, Emater, Prefeitura Municipal, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), Ministério Público Federal (MPF), Instituto Natureza do Tocantins (Naturantins), PUC Minas, UFMG, SUPRAM, Instituto Biotrópicos, Flores Decorativas.

Mediador: Professor Ricardo Ribeiro – PUC Minas

Relator: estudante da UFVJM

Obs: As frases em itálico são transcrições de falas de membros de grupos.

Problemas apresentados	Soluções propostas
-Relação conflituosa entre comunidades extrativistas e órgãos ambientais.	-Revisão nos processos de criação das Unidades de Conservação de proteção integral com prioridade para as Reservas Extrativistas. -Inserção da educação ambiental, de forma a permitir uma aliança entre comunidades e órgãos ambientais e ampliar a participação das comunidades nas decisões.
-Desconhecimento da realidade das comunidades do entorno das Unidades de Conservação e da atividade extrativista da região, por parte dos órgãos externos à cadeia (poder público e demais setores).	-Realização de Diagnósticos Participativos nas comunidades, para conhecê-las (Cartografia Social sugerida pela prelecionista Ana Flávia, do Ministério Público Federal), incentivada, inclusive, pelos órgãos ambientais. -Aliar necessidade de conservação com a das populações extrativistas.
-Pouco conhecimento, por parte das comunidades, dos seus direitos, atribuído à falta de campanhas educativas.	-Reconhecer (e implementar) os direitos das populações tradicionais e dos cidadãos. -Demarcação de áreas de gestão coletiva.
-Falta de envolvimento da comunidade na elaboração das Deliberações Normativas (em trâmite) que tratam dos procedimentos de coleta, transporte e comercialização. -Indefinição da regulamentação da atividade extrativista tem causado “pânico” nas comunidades, e é entendida como uma negação dos direitos de sobrevivência das populações dependentes dela. -Morosidade na normatização da atividade; <i>“Será que o tempo do Estado é o mesmo das comunidades?”</i> .	-Rediscutir as Deliberações Normativas, já que até então as comunidades não participaram. Se participaram, não foram participações representativas. -Reconhecer o direito das populações sobre o território, suas culturas e seus conhecimentos, de forma a contribuir na elaboração de políticas públicas de incentivo à atividade extrativa organizada. -Agilizar a normatização da atividade (publicação da Deliberações Normativas).
-Dificuldade do Estado em atender o procedimento de formalização da atividade, devido (segundo o IEF): à inexistência de roteiros administrativos (protocolos?); à grande rotatividade nos cargos; a maioria das áreas de coletas não serem propriedades dos coletores; a grande extensão dos territórios de coleta e o grande número de espécies coletadas.	-Realização de pesquisas que permitam avaliar os impactos da coleta, a capacidade de regeneração natural desses ecossistemas para, a partir daí, elaborar os planos de manejo e se construir uma nova orientação. -De posse dos resultados de pesquisa, discutir as reais possibilidades de um extrativismo sustentável.
-Falta de Regularização fundiária.	-Discussão do assunto deve ser

	considerada.
--	--------------

A socialização finalizou com a palavra sendo concedida a pessoas da plenária que quisessem se manifestar.

-Geraldo – participante coletor

Sugeriu que a manifestação não acabasse no evento e que o documento resultante fosse de fato encaminhado ao poder público.

-Renato – Sebrae

Parabenizou a iniciativa do evento e comentou sobre o projeto Flores das Gerais, que trata do cultivo da espécie chuveirinho.

-Ricardo Ribeiro – professor PUC Minas

Propôs a formação de duas comissões: uma para sistematizar o documento resultante do evento e outra para dar continuidade ao processo de diálogo, discussão, articulação, para busca de caminhos e soluções para os problemas propostos.

-Claudenir Fávero – professor UFVJM

Sugeriu que a comissão encarregada de sistematizar o resultado do evento fosse a própria comissão organizadora do mesmo.

-Participante de Maria Nunes

Propôs que a segunda comissão já fosse retirada na plenária.

-Flávio - participante de Inhaí

Propôs que outros encontros de mesma natureza fossem realizados.

-Marcilio Alysson - Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável - Diamantina

Elogiou a participação de todas as representações nas discussões, com ênfase para os resultados dos grupos e se colocou à disposição para os encaminhamentos, enquanto poder público.

Após as sugestões, criou-se a segunda comissão, com as seguintes representações:

-Instituições: Prefeitura Municipal de Diamantina, UFVJM, IEF, Emater, ICMBio;

-Representantes de comunidades extrativistas (agrupamento segundo as regiões): Diamantina (Renata-Batatal, Nete-Galheiros), Várzea da Palma/Lassance/Jequitaí (representantes dessas comunidades já não se encontravam mais no evento), Itamarandiba/Felício Santos/Capelinha (José Maria), Bocaiúva/Olhos D'água/Buenópolis/Joaquim Felício, Gouveia/Datas (Maria Madalena).

ANEXO 1

Nós, abaixo assinados, moradores da comunidade da Fazenda dos Macacos, parte de São João da Chapada – Município de Diamantina – Minas Gerais, representados pela Associação “Artes Flores” composta por pessoas dessa comunidade, CNPJ08509401/0001-83, com atividades de associações em defesa de direitos sociais, viemos por meio de este reivindicar nossos direitos de produzir e cultivar nas nossas terras localizadas dentro do Parque Nacional “Sempre Viva”, lembrando que a nossa comunidade vive do extrativismo, sendo esse o principal meio de sobrevivência.

Ressaltamos que a criação do Parque acima citado, aconteceu sem que fôssemos informados, se quer consultados, nos afetando, principalmente quanto a parte sócio-econômica.

ASSINATURA	Nº DO DOCUMENTO
Formando Adelfonso Silva	
Geralda Maria Soares Silva	CPF.025808146-55
Vilson Antonio Soares	RG.25753781-5
Gracilo Amelito Soares	MG.17.692.804
Valter Soares Alu	1477858712
Jº Lº da Costa Costa	89776640630
Silvia do Socorro Silva	89776399649
Jose Divino Amorim	M-7.173.251
Maria do Rosário Silva	072444056-80
Elizara de Jesus Amorim	CPF 092.645.306-81
Emalia do Carmo Amorim	CPF.027.199.606.40
Engº dº Vales da Costa	CPF 54793238653
Sebastião de Souza	CPF 146.301.686-12
Geralda de Jesus Abreu	RG:M-8.049.736
Edson José de Abreu	CPF.218.953.506.94
Daniela Maria Abreu Silva	RG 13.258.508
Adriana da Cunha Abreu	CPF.039.424.126.97
Adail José de Abreu	CPF 967233356-00
Geraldo de Jesus Amorim	CPF.489.232.49653

Nós, abaixo assinados, moradores da comunidade da Fazenda dos Macacos, parte de São João da Chapada – Município de Diamantina – Minas Gerais, representados pela Associação “Artes Flores” composta por pessoas dessa comunidade, CNPJ08509401/0001-83, com atividades de associações em defesa de direitos sociais, viemos por meio de este reivindicar nossos direitos de produzir e cultivar nas nossas terras localizadas dentro do Parque Nacional “Sempre Viva”, lembrando que a nossa comunidade vive do extrativismo, sendo esse o principal meio de sobrevivência.

Ressaltamos que a criação do Parque acima citado, aconteceu sem que fôssemos informados, se quer consultados, nos afetando, principalmente quanto a parte sócio-econômica.

ASSINATURA	Nº DO DOCUMENTO
Maria de Jesus C. Silva	
Euclides Lima	MB4809364
Francisca Soares Silva	
Luiz Alberto Silva	
Valdeir da Luz	m-7732,447
Geracilda Amorim	CPF 964.239 406 68
Julia Soares	
Crystallina V. Silva	CPF 0117 248 66 54
Marinho do Rosário	CPF 024 304 486 02
Hilton Antonio da Silva	CPF 807 341 038 91
Antônio dos Anjos	CPF 232 914 516 00
Guilherme Roberto Soares	RD 13889 300
Joanna Pereira Amorim	CPF 944 325 036 53

Comissão organizadora:

-Claudenir Fávero

-Fernanda da Conceição Moreira

-Fernanda Testa Monteiro

-Juliano Miari

-Maria Neudes Sousa de Oliveira

-Mário Kiichiro Tanaka

-Ricardo Ferreira Ribeiro

Realização:



Apoio:

